

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE DIREITO

KELEN BITENCOURT LESSA

**A POSSIBILIDADE DE NEGATIVAÇÃO DO NOME DO DEVEDOR DE
DÍVIDA ALIMENTÍCIA NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO
ATRAVÉS DO PROTESTO: UM ESTUDO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO
SC 2013.006797-6**

CRICIÚMA
2016

KELEN BITENCOURT LESSA

**A POSSIBILIDADE DE NEGATIVAÇÃO DO NOME DO DEVEDOR DE
DÍVIDA ALIMENTÍCIA NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO
ATRAVÉS DO PROTESTO: UM ESTUDO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO
SC 2013.006797-6**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
para obtenção do grau de Bacharel no curso de
Direito da Universidade do Extremo Sul
Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Marcos Vinicius Almada
Fernandes.

CRICIÚMA

2016

KELEN BITENCOURT LESSA

**A POSSIBILIDADE DE NEGATIVAÇÃO DO NOME DO DEVEDOR DE
DÍVIDA ALIMENTÍCIA NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO
ATRAVÉS DO PROTESTO: UM ESTUDO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO
SC 2013.006797-6**

Trabalho de Conclusão de Curso
aprovado pela Banca Examinadora para
obtenção do Grau de Bacharel, no Curso
de Direito da Universidade do Extremo
Sul Catarinense, UNESC, com linha de
pesquisa em Direito de Família.

Criciúma, 05 de Julho de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Marcos Vinicius Almada Fernandes - Especialista - UNESC – Orientador

Prof. Israel Rocha Alves – Especialista – UNESC

Prof. Mauricio da Cunha Filó - Mestre - UNESC

**Dedico esta monografia ao meu filho Otavio.
A ele declaro o meu amor e minha eterna
gratidão.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente, pela força e iluminação em todos os momentos da minha vida, me fazendo não desistir dos meus objetivos.

Ao meu filho Otavio, que soube compreender que todo o sacrifício da minha ausência física foi em prol de um bem maior e nunca deixou faltar amor, me concedendo sempre muita força para conquistar esse meu sonho.

À minha família, por estar sempre ao meu lado, sempre me apoiando em minhas escolhas.

Ao meu orientador Marcos Vinicius Almada Fernandes, pelo apoio, dedicação e paciência, compartilhando seu conhecimento para que este trabalho fosse concluído.

As minhas amigas que a faculdade me oportunizou conhecer e que estiveram sempre presentes no decorrer do curso, oferecendo todo apoio e amizade verdadeira, que espero levar para o resto da vida.

As minhas amigas de infância Aline Ferreira Gomes, Bruna Radaelli Darela, Karini Bonelli e Mariana Scremin, que me acompanharam neste período e estiveram sempre torcendo por mim.

A todos os professores pelo conhecimento transmitido e adquirido.

Enfim, a todas as pessoas que foram e são importantes para mim e que independente de qualquer situação, me ajudaram a enfrentar barreiras para a conclusão deste trabalho.

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível.”
Charles Chaplin

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo examinar a viabilidade da inscrição do nome do devedor de alimentos nos cadastros restritivos de crédito. O método de pesquisa utilizado foi o dedutivo, em pesquisa teórica e qualitativa com emprego de material bibliográfico e documental legal. Para tanto, analisou-se conceito, execução, espécie e sujeitos da obrigação alimentar, assim como as situações que o Direito Brasileiro em acordo com a Constituição Federal de 1988 autoriza os alimentos. Estudou-se ainda quais documentos podem ser protestáveis, e os princípios e espécies do protesto. Verificou-se a sentença condenatória de alimentos e o seu protesto, as formas de adimplemento da obrigação alimentar, procedimentos de execução do Art. 528 e seus parágrafos do novo Código de Processo Civil. Por fim, pelo estudo de caso de um Agravo de Instrumento do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, por método qualitativo, forma de se aprofundar uma unidade individual, com o propósito de verificar as possibilidades da inclusão do nome do devedor de alimentos nos cadastros de restrição ao crédito, comprovando sua viabilidade. Assim, pôde-se demonstrar também os benefícios do protesto de dívida alimentar, visto que a restrição creditícia através do protesto serve como mais uma forma de coerção pessoal para assegurar ao credor de alimentos o adimplemento da obrigação.

Palavras-chave: Princípio. Alimentos. Dívida alimentar. Título executivo. Protesto.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art. Artigo

AASP Associação dos Advogados de São Paulo

BACEN JUD Banco Central Judiciário

CC Código Civil

CDA Certidão de Dívida Ativa

CF Constituição Federal

CGJ-SP Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo

CLT Consolidação das Leis Trabalhista

CPC Código de Processo Civil

DOE Diário Oficial Eletrônico

Proc. Processo

RT Revistas dos Tribunais

SPC Serviço de Proteção ao Crédito

SERASA Centralização dos Serviços Bancários

STJ Superior Tribunal de Justiça

STF Superior Tribunal Federal

TJRJ Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

TJSC Tribunal de Justiça de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR	12
2.1 CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E ESPÉCIES DE ALIMENTOS	12
2.2 SUJEITOS DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR.....	20
2.3 CONSTITUIÇÃO DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR	22
3 A SISTEMÁTICA DO PROTESTO E DOCUMENTOS	27
3.1 O PROTESTO E SEUS PRINCÍPIOS.....	27
3.2 AS ESPÉCIES DE PROTESTO.....	30
3.3 DOCUMENTOS PROTESTÁVEIS.....	35
4 A SENTENÇA CONDENATÓRIA DE ALIMENTOS E O SEU PROTESTO	41
4.1 A EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR E OS SEUS RITOS	41
4.1.1 O Débito Alimentar E A Sua Formação Por Título Executivo Judicial e Extrajudicial	41
4.1.2 Rito Da Expropriação.....	44
4.1.3 Rito Da Coerção Pessoal.....	46
4.2 ANÁLISE DO AGRAVO DE INSTRUMENTO, AUTOS DE N° SC 2013.006797-6 TJSC	48
5 CONCLUSÃO.....	56
REFERÊNCIAS	58
ANEXO.....	62

1 INTRODUÇÃO

O Direito concede a maior proteção à dívida alimentar, por se tratar de direito primordial à vida com dignidade, pois atende as necessidades de quem não pode prover por si mesmo sua subsistência.

Dispõe o Artigo 1º da Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, que "protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida". Portanto, permite-se a possibilidade de receber protesto de títulos e documento de dívida, acolhendo situações jurídicas originadas em documentos que representem uma dívida líquida, certa e exigível. Determina-se dívida líquida, por haver valor determinado para pagamento, certa, pois há de fato o inadimplemento, e exigível, cumprindo assim os requisitos necessários para o reconhecimento da legalidade do protesto da dívida.

Alguns doutrinadores dispõem que com a inclusão do inadimplente de dívida alimentar nos cadastro de restrição de crédito, o segredo de Justiça contemplado nas varas de família pode ser ferido, visto que os atos processuais serão públicos. Deste modo, esta medida seria uma forma abusiva de cobrança, como descreve o Artigo 187 do Código Civil de 2002, "Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes". Ou seja, o protesto pode ter caráter constrangedor, pois o devedor já é ré em ação de execução.

A questão pertinente à este trabalho é verificar a viabilidade da inclusão do devedor de alimentos nos cadastros restritivos de crédito através do protesto para motivar o cumprimento das prestações alimentícias.

O credor tem a possibilidade de recuperar o crédito alimentar através da prisão do devedor, pertinente o débito das últimas três parcelas. Também há o meio de expropriação, quando a dívida for anterior àquelas, mas nem sempre tem evitado o inadimplemento da obrigação alimentar, pois o devedor pode não possuir nenhum bem em seu nome. Acontece ainda de devedores de alimentos desaparecem do alcance do Judiciário, dificultando o mandado de sua prisão civil. Estes impedimentos não estão satisfazendo a

garantia do pagamento da dívida, resultando na fragilidade das tutelas tradicionais que não asseguram vida digna ao credor.

A inclusão do devedor nos cadastros restritivos de crédito fortaleceria o pagamento da dívida alimentar, de forma que as restrições que o devedor sofrerá incentivarão a querer quitar sua dívida para poder novamente utilizar seu nome em atividades comerciais e empresariais.

Tanto quanto os alimentos são necessários para quem o requer, assim também o nome sem restrições creditícias é essencial na vida social do cidadão, obrigando-o a adimplir com sua dívida alimentar.

A relevância deste estudo reside no uso de mais uma tutela complementar para o cumprimento e garantia dos direitos dos alimentandos, satisfazendo não somente as partes requerentes, mas igualmente o interesse de toda sociedade, pois assim diminuiria as demandas judiciais.

A negatificação creditícia do devedor de alimentos irá estabelecer medida de natureza cautelar, uma vez que tende assegurar a eficácia de uma tutela definitiva a ser alcançada no processo de execução.

O método de pesquisa utilizado será o dedutivo, em pesquisa teórica e qualitativa com emprego de material bibliográfico e documental legal. No terceiro capítulo, um estudo de caso, que consiste em se aprofundar uma unidade individual.

No primeiro capítulo analisar-se-á o conceito, características, execução, espécie e sujeitos da obrigação alimentar, assim como as situações que o Direito Brasileiro em acordo com a Constituição Federal de 1988 autoriza os alimentos.

No segundo capítulo examinará quais documentos podem ser protestáveis e os princípios e espécies do protesto.

No terceiro capítulo será verificada a sentença condenatória de alimentos e o seu protesto, as formas de adimplemento da obrigação alimentar, procedimentos de execução do Art. 528 e seus parágrafos do novo Código de Processo Civil. Por fim, um estudo de caso de um Agravo de Instrumento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, com o propósito de verificar as possibilidades da inclusão do nome do devedor de alimentos nos cadastros de restrição ao crédito, comprovando sua viabilidade.

2 A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR

2.1 CONCEITO, CARACTERÍSTICAS E ESPÉCIES DE ALIMENTOS

Antes que se compreenda sobre os alimentos, é necessário se fazer uma introdução sobre os princípios, visto que são fundamentais para o sistema normativo.

A abrangência do modo de organizar o que compreende racionalmente, harmoniosamente e logicamente as ideias centrais de um sistema, define os princípios (SUDFELD, 1995, p. 18). Em qualquer operação jurídica, os princípios revelarão o conjunto de preceitos para advir na conduta a ser apresentada, deste modo, eles representam o ponto de partida e a existência do próprio direito (SILVA, 1993, p. 447).

Conforme o Direito em vigor, os princípios jurídicos fundamentais apontarão como deverá ser tratado qualquer ocorrência, favorecidos da ética e política (GUERRA FILHO, 2002, p. 17). “Os princípios não são apenas a lei, mas o próprio direito em toda a sua extensão e abrangência” (ROSENVALD, 2005, p. 45-46).

Neste momento, é oportuno expor a diferenciação entre regras e princípios. Conforme aduz o doutrinador Amaral Júnior, a Teoria Geral do Direito apresenta a seguinte distinção:

Princípios são pautas genéricas, não aplicáveis à maneira de ‘tudo ou nada’, que estabelecem verdadeiros programas de ação para o legislador e para o intérprete. Já as regras são prescrições específicas que estabelecem pressupostos e consequências determinadas. A regra é formulada para ser aplicada a uma situação especificada, o que significa em outras palavras, que ela é elaborada para um determinado número de atos ou fatos. O princípio é mais geral que a regra porque comporta uma série indeterminada de aplicações. Os princípios permitem avaliações flexíveis, não necessariamente excludentes, enquanto as regras embora admitindo exceções, quando contraditadas provocam a exclusão do dispositivo colidente (1993, p. 27).

De acordo com a natureza, os princípios serão destacados e ordenados juridicamente por sua atuação, portanto, os princípios são de natureza fundante e as regras não (NEGREIROS, 1998, p. 114). Identificar o

princípio que rege o tema que estiver sendo exposto deve ser o início de toda e qualquer atividade interpretativa da constituição (BARROSO, 1999, p. 147-149).

Da mesma maneira que os princípios ético-jurídicos mais gerais, os princípios constitucionais são o ponto mais importante do sistema normativo. Eles são verdadeiras vigas mestras, alicerces sobre os quais se constrói o sistema jurídico. Os princípios constitucionais dão estrutura e coesão ao edifício jurídico. Assim, devem ser obedecidos, sob pena de todo o ordenamento jurídico se corromper (NUNES, 2002, p. 37).

Ou seja, se não forem levados em consideração os princípios constitucionais, as interpretações legislativas serão rejeitadas, o princípio produz um sentido para a interpretação e o jurista por sua vez precisará constatar qual a direção eles assinalam (NUNES, 2002, p. 37).

Dentre os vários princípios existentes no ordenamento jurídico, por ora o presente trabalho tratará do princípio da dignidade da pessoa humana.

O princípio da dignidade da pessoa humana está presente no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]

III - a dignidade da pessoa humana [...] (BRASIL, 1988-A).

De acordo com o princípio constitucional citado acima, os alimentos visam dar suporte material intelectual a quem não tem meios de arcar com a própria subsistência. Seu teor está expressamente ligado à satisfação de suas necessidades fundamentais (CAHALI, 2005, p. 2).

Alimento é conceituado por tudo que seja indispensável para sua manutenção, e com a abrangência da palavra, além dos alimentos propriamente falados, necessita mencionar também a satisfação do que for necessário para a manutenção da vida em sociedade. Enfatiza-se que o ser humano, desde sua concepção até seu falecimento, precisa ser amparado em suas necessidades por seus semelhantes para poder sobreviver (VENOSA, 2014, p. 379). “Ou seja, é possível entender-se por alimentos o conjunto de meios materiais

necessários para a existência das pessoas, sob ponto de vista físico, psíquico e intelectual” (FARIAS; ROSENVALD, 2014, p. 700).

Os alimentos não se relacionam somente com a integridade física da pessoa e o direito à vida, mas principalmente, à efetivação da dignidade humana, harmonizando ao alimentando condições materiais de manter sua subsistência. Eles tendem a atender as necessidades de quem não pode provê-las sozinho (GOMES, 2001, p. 427).

No entanto, todo e qualquer aspecto sobre alimentos se sobressai no ordenamento jurídico devido à valorização da vida, pois é direito essencial do indivíduo de ter uma vida digna (MADALENO, 2004, p. 197-198).

Segundo Gama (2000, p.11):

Por alimentos entenda-se a obrigação de dar um montante, em dinheiro ou não, a outra pessoa, para a sua subsistência. Subentende-se, incluso em alimentos, o vestuário, a habitação, a educação, o lazer, a assistência médica e os medicamentos.

Desde seu nascimento o ser humano carece de cuidados incessantemente para sua subsistência. Os alimentos são essencialmente tudo o que se valoriza como imprescindível para a manutenção da vida do ser humano (CAHALI, 2013, p. 15).

Wald assevera que “[...] os alimentos são determinados pelo juiz, atendendo à situação econômica do alimentante e às necessidades essenciais de moradia, alimentação, vestuário, tratamento médico e educação, se ele for menor” (2004, p. 43). Todo e qualquer item essencial que forneça condições para o desenvolvimento da vida do ser humano, desde vestuário, habitação, sustento, educação, atendimento médico e recreação, é conceituado como alimento (RIZZARDO, 2011, p. 646).

No Direito, qualquer prestação que seja em dinheiro ou em espécie, que sane as indigências da vida, nomeiam-se alimentos, no caso de se tratar de criança, compreende todo quesito que trate de seu desenvolvimento (RODRIGUES, 2007, p. 374).

Salienta Madaleno (2004, p. 127) que:

A expressão alimentos engloba o sustento, a cura, o vestuário e a casa, reza o artigo 1.920 do Código Civil Brasileiro, e, se o

alimentando for menor, também tem o direito à educação, tudo dentro do orçamento daquele que deve prestar estes alimentos, num equilíbrio dos ingressos da pessoa obrigada com as necessidades do destinatário da pensão alimentícia.

O Código Civil Brasileiro de 2002, em seu Artigo 1.920, determinou o conceito de alimentos (MADALENO, 2004, p.127).

Todavia, Porto (2003, p. 17), aduz que:

Hoje não mais existe qualquer divergência quanto à conotação técnico jurídica do conceito de alimentos, pois a doutrina de muito firmou o entendimento de que em tal acepção devemos considerar não só os alimentos necessários para o sustento, mas também os demais meios indispensáveis para as necessidades da vida no conceito social de cada um. Nessa linha, vale observar que o que vinha sendo recomendado pela doutrina, agora, como novo sistema, vem expressamente consagrado no artigo 1694 do CC, haja vista que este estabelece que os alimentos devam atender também a compatibilidade com a condição social.

O direito ao alimento ainda se sobressai por ser direito coletivo igualitário para todos, imperando, no zelo familiar. O Estado confere e doutrina as regras que conduzem as relações sociais, especialmente, no tocante ao direito familiar, em razão de não existir completa autonomia da vontade (MADALENO, 2004, p. 197-198).

Desta forma, salienta Madaleno (2004, p. 197-198):

O direito alimentar é de ordem pública, por prevalecer o interesse social na proteção e na preservação da vida e da família, cometendo associar sua ordem pública com o princípio constitucional do artigo 3º, inciso I, da Carta Federal de 1988, quando aponta ser objetivo fundamental da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária.

O instituto dos alimentos enfatiza que o direito alimentar é direito próprio à pessoa, personalíssimo, e por sua vez é intransferível a outrem (RIZZARDO, 2011, p. 649).

O Artigo 1.707 do atual Código Civil menciona ao menos ainda duas outras particularidades do instituto dos alimentos, assim determina: “Pode o credor não exercer, porém lhe é vedado renunciar o direito a alimentos, sendo o respectivo crédito insuscetível de cessão, compensação ou penhora” (BRASIL, 2002-B).

A primeira particularidade do Artigo 1.707 do atual Código Civil é chamada de irrenunciabilidade, ou seja, o direito ao alimento não pode ser renunciado, pois tem característica vital, que assegura a vida. Mesmo que haja algum fator que faça ocorrer à renúncia ao direito aos alimentos, esta pode ser temporária, visto que a qualquer momento esse direito pode ser retomado (RIZZARDO, 2011, p. 650). “Como não se pode renunciar à própria vida, também não se pode renunciar ao direito aos alimentos [...]” (DANTAS, 1991 apud RIZZARDO, 2011, p. 650).

Por ora, vale versar sobre a exceção irrenunciabilidade nos casos de divórcio, dissolução da união estável ou da união homoafetiva. A irrenunciabilidade apenas atinge os alimentos em face de incapazes, como explicita a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

‘Direito Civil e Processual Civil. Família. Separação Judicial. Acordo homologado. Clausula de renúncia a alimentos. Posterior ajuizamento de ação de alimentos por ex - cônjuge. A cláusula de renúncia a alimentos, constante em acordo de separação devidamente homologado, é válido e eficaz, não permitindo ao ex – cônjuge que renunciou, a pretensão de ser pensionado ou voltar a pleitear o encargo.’ (STJ, Ac.unân.3ªT., REsp. 701.902/SP, rel. Min. Fátima Nancy Andrighi, j.15.9.05, DJU 3.10.05, p. 249) (FARIAS; ROSENVALD, 2014, p. 703).

Ao se tratar de separação entre cônjuges, companheiros, uma vez aceita a renúncia não será admitido em momento posterior cobrar o alimento, pois estará extinguida a relação jurídica familiar (FARIAS; ROSENVALD, 2014, p. 703).

Por sua vez, referindo-se aos incapazes, por estarem impossibilitados de contrariarem o disposto em lei, podem dispensar a cobrança dos alimentos, mas não renunciá-la (FARIAS; ROSENVALD, 2014, p. 704).

O direito ao alimento é incompensável, esta é a segunda particularidade do Artigo 1.707 do atual Código Civil, que garante a não compensação de dívidas. Sendo assim, se o credor tem dívidas com o devedor da pensão alimentícia, o direito ao alimento não pode ser compensatório a esta obrigação (RIZZARDO, 2011, p. 653). “Ainda que o alimentante tenha pago pensões a que não estava obrigado, não tem como o direito de repetí-las,

segundo o unânime consenso dos autores” (GOMES, 1960 apud RIZZARDO, 2011, p. 652).

Vale ressaltar que o presente trabalho não explanou todas as características presentes no instituto dos alimentos, apenas alguns dos atributos que necessários a este.

O autor Wald (2005, p. 43-44) preceitua a finalidade de prover alimentos:

A finalidade de prover alimentos é, portanto, assegurar o direito à vida, subsistindo a assistência da família à solidariedade social que une os membros da coletividade, uma vez que os indivíduos que não tenham a quem recorrer diretamente serão, em tese, sustentados pelo Estado. Nesse sentido, o primeiro círculo dessa solidariedade é o de família, e somente na sua falta dever-se-á recorrer ao Estado.

A natureza jurídica dos alimentos é personalíssima, associada a uma importância elevada à família, se incide de pagamento repetitivo de um montante de dinheiro ou fornecimento de o que for preciso para o sustento, vestimentas, medicamentos, feito pelo alimentante ao alimentado, e assim consistindo de um credor e um devedor (DINIZ, 2002, p. 471).

Há uma diferenciação na natureza dos alimentos. Decompõem-se em alimentos naturais ou necessários e cômmodos ou civis. Os alimentos naturais (*necessarium vitae*) são os indispensáveis e básicos para sobrevivência, como alimento, moradia, vestuário, assistência médica, que estão transcritos no Artigo 1.694, §2º do Código Civil. Os alimentos civis (*necessarium personae*) são designados a manutenção da qualidade de vida do alimentado, satisfazendo suas necessidades intelectuais e morais (educação, lazer), preservando a posição social do credor de alimentos, contudo dependendo assim da possibilidade do devedor (ALDROVANDI, 2004, p. 26-27; ASSIS, 2004, p. 125; CAHALI, 2013, p. 18; GAGLIANO, 2013, p. 691; VENOSA, 2014, p. 380).

No entanto, a obrigação alimentar não leva em conta a condição real do beneficiado e deve ser de acordo com os recursos do obrigado, conforme o status que ocupa na sociedade (CAHALI, 2013, p. 18-20; VENOSA, 2005, p. 392).

Dessa forma, conforme Welter (2003, p. 39):

Alimentos civis destinam-se a suprir as necessidades de alimentação, vestuário, higiene, educação, transporte, habitação, saúde, lazer, enfim, para orquestrar a dignidade e solidariedade da pessoa humana, mas não devem ser fonte de enriquecimento ou empobrecimento.

É importante esclarecer que a definição e o propósito dos alimentos estão relacionados, visto que após este entendimento, demonstra-se a explicação de sua necessidade. Todos os variados fundamentos e normas dos alimentos apresentam o mesmo objetivo de impedir a miserabilidade (PORTO, 2003, p. 20). A pensão alimentícia não deve ser tratada como “[...] bilhete premiado de loteria [...]” para o alimentado e nem de pena a ser cumprida pelo alimentante, pois é um acordo equilibrado para ambas partes, haja vista que leva em conta a necessidade do credor e o recurso do devedor (GAMGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2013, p. 683).

Deste modo, devido os alimentos garantirem o direito à vida, evidencia-se a relevância deste instituto, incluso na Constituição Federal Brasileira de 1988, onde se lê que “[...] o direito à vida é o mais fundamental de todos os direitos, já que se constitui em pré-requisito à existência e ao exercício de todos os demais direitos” (MORAES, 2004, p. 39).

Existem variadas subdivisões para a classificação dos alimentos, entretanto, neste estudo, serão tratadas apenas duas classificações: quanto a sua origem e sua finalidade.

Os alimentos classificados de Legais, derivado do Direito de Família, decorrem através do poder familiar, parentesco ou do casamento/união estável, somente esse é autorizado à prisão civil (GAGLIANO, 2013, p. 291).

Os alimentos ditos como voluntários ou involuntários são os classificados quanto a origem. Quando forem decorrentes da vontade do alimentante, como o próprio nome já sugere, são os alimentos voluntários, e também os de promessa ou deixados, onde pode proceder de uma relação contratual ou de um ato jurídico causa mortis, como o legado. Já os involuntários, podem ainda ser subdivididos em legítimos, decorrentes do vínculo familiar, ou ressarcitórios, decorrente de indenização de vítima (CAHALI, 2013, p. 20-21; GAGLIANO, 2013, p. 691; GAMA, 2000, p. 26-27).

Os alimentos nomeados provisionais, definitivos ou provisórios têm a sua classificação de acordo com a sua finalidade. O que for garantir a manutenção do alimentado no percurso processual e propiciar meios para que seja proposta ação é o chamado alimento provisional. Já os provisórios, são o que se deram por meio de liminar (GAMA, 2000, p. 26-27; VENOSA, 2014, p. 387-388). É o juiz que decide se o montante será provisório ou definitivo para aqueles que foram sujeitos da sentença de condenação à prestação de alimentos (RIZZARDO, 2011, p. 751-752).

Como dispõe o doutrinador Gonçalves, os alimentos provisórios são os naturais, básicos para a manutenção de vida do beneficiado, que terão constante vigor desde o início do processo até quando houver a sentença que determinará se este passará a ser definitivo ou não (2005, p. 445). “São fixados liminarmente, na ação de alimentos, segundo o rito especial da Lei 5.478 de 1968” (GAGLIANO, 2013, p. 692).

Por conseguinte, quanto aos alimentos provisionais, Theodoro Júnior aduz que servem às custas processuais do decorrer do processo, permanecendo exclusivamente com o propósito de sustentar o demandante neste período (2007, p. 678). Encontram-se fixados em outras ações que não seguem o rito especial, que propõe a parte a manter o curso da lide que pleiteia, é por meio da antecipação de tutela ou em liminar concedida em medida cautelar de separação de corpos em ações em que não há a mencionada prova pré-constituída, caso da ação de investigação de paternidade ou da ação de reconhecimento e dissolução da união estável, são os meios por onde são fixadas (TARTUCE, 2011 apud GAGLIANO, 2013, p. 693).

Para evitar conflitos entre os dois institutos, há determinadas diferenciações dentre os alimentos provisórios e os provisionais que fazem jus a serem definidos. Acerca disto Gama (2000, p. 26-27) afirma:

Considerando que os dois pertencem a classe dos alimentos antecipados, vamos enumerá-los:

- a) os provisionais são regulamentados pelo código de processo civil, enquanto os provisórios tem por base a lei 5.478 de 25 de julho de 1968;
- b) somente os provisionais permitem a inclusão das custas do processo; alias o parágrafo único, do art. 854 do código de processo civil, é expresse na inclusão das despesas para custear a demanda;

c) a concessão dos alimentos provisórios depende de prova pré-constituída de parentesco ou de obrigação de alimentar, enquanto os provisionais exigem apreciação do juiz acerca da presença do perigo da demora e do aparente direito, no outro passo, os provisórios devem ser fixados pelo juiz ao despachar a inicial, salvo se o alimentando declarar que deles não necessita.

Na sequência, no segundo tópico deste primeiro capítulo, intitulado ‘A obrigação alimentar’, abordar-se-á os sujeitos da obrigação alimentar.

2.2 SUJEITOS DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR

É imprescindível haver sujeitos para uma obrigação alimentar ocorrer. Uma das pessoas estará no caráter de credor da adimplência da obrigação e outra estará no caráter de devedor. Elementarmente, as pessoas concernentes da obrigação alimentar deverão ter vínculos de parentesco civil (VENOSA, 2014, p. 395; GONÇALVES, 2013, p. 510).

O Artigo 1.696 do Código Civil Brasileiro evidencia a reciprocidade entre pais e filhos quanto ao direito a pagamento de alimentos, estendendo aos ascendentes conforme a proximidade de grau, sendo obrigatoriamente divididos conforme a possibilidade de cada, se por ventura houver mais de um, segundo o princípio da divisibilidade (VENOSA, 2014, p. 396). Os descendentes responderão a esta obrigação na ausência dos ascendentes e ainda na falta destes sucedem os irmãos, germanos e unilaterais, conforme cita o Artigo 1.697 do Código Civil (VENOSA, 2014, p. 396).

Embora outros membros do mesmo grau tenham condições maiores de arcar com a pensão, esta obrigação será dividida igualmente, conforme o valor a ser deferido pela sentença, de acordo com as condições econômicas de cada réu (VENOSA, 2014, p. 396).

Deste modo o Código Civil afirma que:

Art. 1.698. Se o parente, que deve alimentos em primeiro lugar, não estiver em condições de suportar totalmente o encargo, serão chamados a concorrer os de grau imediato; sendo várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos, todas devem concorrer na proporção dos respectivos recursos, e, intentada ação contra uma delas, poderão as demais ser chamadas a integrar a lide (BRASIL, 2002-B).

Os genitores ocupam o primeiro grau nesta escala dos obrigados e somente se estes faltam é que se sucede aos demais. Destarte, para ser convocado à prestação alimentícia, a ordem de proximidade deve ser respeitada e só serão convocados os mais remotos quando faltar os ascendentes mais próximos ou forem impossibilitados financeiramente (CAHALI, 2009, p. 468).

Se tratando de ascendentes, descendentes e colaterais, segundo o princípio da solidariedade, à estes circunscreve a obrigação alimentar estabelecida por parentesco, no tocante entre pais e filhos menores, cônjuges e companheiros circunscreve o dever familiar (GONÇALVES, 2013, p. 510). É importante realçar a diferença da prestação de alimentos com os deveres alimentícios, ambos não devem ser confundidos, pois a obrigação não se equipara com o dever familiar aos filhos, de sustento, assistência e socorro, incondicionais (GOMES, 2002 apud GONÇALVES, 2013, p. 510).

Verifica-se que a obrigação de prestar os alimentos é uma obrigação jurídica e um dever moral, admitindo assim que os parentes possam exigir alimentos uns dos outros, necessitando para sua subsistência e por fim estando assegurados pela lei (MILANI, 2005, p. 450).

Sobre o dever de sustento, o doutrinador Gonçalves (2005, p. 372) aduz:

É o mais importante de todos. Incumbe aos pais velar não só pelo sustento dos filhos, como pela sua formação, a fim de torná-los úteis] à si, à família e à sociedade. O encargo envolve, pois, além do zelo material, para que o filho fisicamente sobreviva, também o moral, para que, por meio da educação, forme seu espírito e seu caráter.

O autor supracitado ainda pondera que o dever de sustento não se amplia ao outros ascendentes, pois a causa do poder familiar incide exclusivamente aos pais, por se tratar de dever de sustento (GONÇALVES, 2005, p. 486).

Enfatiza Diniz (1999, p. 534):

O dever de sustentar os filhos (CC, Art. 231, IV) é diverso da prestação alimentícia entre parentes, já que (a) a obrigação alimentar pode durar a vida toda e o dever de sustento cessa, em regra, isso iure com a maioridade dos filhos sem necessidade de ajuizamento

pelo devedor de ação exoneratória (AASP, 1.950:36), porém a maioria, por si só, não basta para exonerar o pai desse dever, porque filho maior, que não trabalha e cursa estabelecimento de ensino superior (AASP, 1.954:44), pode pleitear alimentos, alegando que se isso lhe for negado prejudicaria sua formação profissional (RT, 490:109; TJRJ, Adcoas, 1983, n. 89.527; 1982, n. 86.079); (b) a pensão alimentícia subordina-se à necessidade do alimentando e à capacidade econômica do alimentante, enquanto o dever de sustentar prescinde da necessidade do filho menor não emancipado, medindo-se na proporção dos haveres do pai e da mãe. Logo, essas duas obrigações não são idênticas na índole e na estrutura.

Em suma, os pressupostos do dever familiar de prestar sustento e a obrigação de prestar alimentos, como observado, são diversos e assim não restando impasses entre a distinção.

Na sequência desta descrição sobre os sujeitos da obrigação alimentar, passar-se-á no tópico seguinte decorrer sobre a constituição da obrigação alimentar.

2.3 CONSTITUIÇÃO DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR

Conforme o já visto Artigo 1.694 do Código Civil de 2002, se tratando de direito de família, tanto em famílias formadas matrimonialmente ou por união estável, ambas podendo ser sem empecilhos uma família de união homoafetiva, a obrigação alimentar será decorrente desta formação familiar ou parentesco (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2013, p. 685). O Artigo referido acima ainda aduz que os mesmos princípios e preceitos aplicados na separação judicial deverá ser igualmente utilizados quanto aos alimentos devidos em decorrência do término da união estável (GONÇAVES, 2011, p. 548).

O Artigo 1.694, no seu inciso §1 do Código Civil de 2002 assevera que “Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada”. A obrigação de prestar alimentos implica haver uma relação de parentesco, necessidade do alimentado, possibilidade do alimentante e a proporcionalidade (GONÇALVES, 2011, p. 530).

É importante destacar as três classificações dos alimentos. Mesmo que inicialmente o Código Reale tenha tentado unificar os alimentos, no tocante

da obrigação alimentar é necessário especificar em face de parentesco consanguíneo, ou com quem o devedor de alimento permaneceu em união estável ou foi casado (COELHO, 2011, p. 216).

Em favor de parentesco consanguíneo, os alimentos devidos desta forma baseiam-se na obrigação de garantir a manutenção, assim como quando o sustento dos filhos menores depende dos pais. Somente sendo contrário, quando estes últimos não consigam mais prover seu próprio sustento, seja por idade avançada, doença ou outro motivo relevante (COELHO, 2011, p. 216; GONÇALVES, 2011, p. 531). Como ressalta o Artigo 1.697 do Código Civil de 2002 “Na falta dos ascendentes cabe à obrigação aos descendentes, guardada a ordem de sucessão e, faltando estes, aos irmãos, assim germanos como unilaterais”.

Conforme declara Rizzardo (2006, p. 748):

Quanto aos pais: em face do artigo 1.697 do Código Civil, se necessitarem de alimentos, cumpre, primeiramente, que se socorram junto aos respectivos genitores; não tendo estes condições, devem procurar um amparo perante seus descendentes. Somente se nada obtiverem dos ascendentes e dos filhos, por falta de recursos, ou por serem menores os últimos e terem falecido aqueles, permite a lei que se exija dos irmãos a pensão alimentícia.

Quanto aos filhos: os primeiros obrigados são os pais, seguindo-se os avós, e finalmente, os irmãos.

Outra situação que decorre o pagamento de alimentos é o dever familiar, quando incide de relação entre pais e os filhos com menos de 18 anos, ou entre conviventes, companheiros ou cônjuges. O dever de sustentar os filhos com menos de 18 anos e não emancipados decorre do poder familiar e este deve ser exercido rigorosamente (GONÇALVES, 2011, p. 535). Expressam sobre este tema o Artigo 1.566, IV; 1634, I ambos do Código Civil e o Artigo 229 da Constituição Federal que enfatiza: “Os pais tem o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores tem o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”.

Seja qual for a condição econômica do filho, disposto de bens, herança ou doação, ou não, essa obrigação alimentar é um dever alimentar. Contudo, ao se emancipar e completar os dezoito anos de idade, o dever alimentar resultado de poder familiar cessará. De qualquer modo a obrigação alimentar poderá continuar, até mesmo até a morte, mas seja comprovado por

incapacidade, enfermidade ou não conseguir manter seu próprio sustento, pleiteando então os alimentos. O filho que se emancipa e casa perderá também o direito ao alimento (GONÇALVES, 2011, p. 535).

Marco do passado, mas que atualmente ainda sofrem algumas mulheres, relações que se encontram em condições inferiores ao cônjuge ou convivente é o que fundamenta o dever de alimento em favor destes. Após o divórcio ou dissolução da união estável as mulheres não reingressavam, e hoje ainda não reingressam tão facilmente ao mercado de trabalho devido terem abdicado a sua formação profissional pelo casamento. Por esta razão não há compatibilidade de sua renda com o padrão antes desfrutado, portanto os alimentos em favor de cônjuge ou convivente consiste nesta conclusão. O direito vigente prevendo não ser exclusivo as mulheres estendeu a lei também ao sexo masculino, podendo o homem reclamar alimentos da antiga esposa ou companheira (COELHO, 2011, p. 216-217).

No que se refere assim o Artigo 1.511 do Código Civil “[...] o casamento estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges [...]”, o casamento, se ampliando aos outros relacionamentos como a união estável, se baseia na equidade de direitos e obrigações, podendo ser fixado em face de quem dele carecer, o que menos conveniente importa será condição sexual (FARIAS; ROSENVALD, 2014, p. 723).

O montante dos alimentos a ser pago deve manter a condição social correspondente que o alimentado levava, quando este último não consegue mantê-lo, exceto se o alimentante mantiver uma classe menos favorecida, neste caso pagará somente o suficiente para a mera subsistência (COELHO, 2011, p. 217). Assevera ainda o Artigo 1.695 do Código Civil de 2002, que quem carece de alimentos de fato não tenha bens suficientes, ou não consiga manter sua própria subsistência e quem o paga não poderá sofrer prejuízos em seu sustento. Enfatiza assim, que aos alimentos fixados em face do divórcio e dissolução da união estável sempre se sujeitará a cada caso específico (FARIAS; ROSENVALD, 2014, p. 724).

No que se refere à sanção, a lei nega que os alimentos mantenham a condição social anterior em duas situações: seja o alimentado responsável pela degradação da condição econômica e patrimonial; ou responsável pelo

divórcio ou pela dissolução da união estável. Respectivamente transcritos nos dispositivos do Código Civil de 2002:

Art. 1694, §2º. Os alimentos serão apenas indispensáveis a subsistência, quando a situação de necessidade resultar de culpa de quem os pleiteia.

Art. 1704. Se um dos cônjuges separados judicialmente vier a necessitar de alimentos, será o outro obrigado a prestá-los mediante pensão a ser fixada pelo juiz, caso não tenha sido declarado culpado na ação de separação judicial.

Parágrafo único. Se o cônjuge declarado culpado vier a necessitar de alimentos, e não tiver parentes em condições de prestá-los, nem aptidão para o trabalho, o outro cônjuge será obrigado a assegurá-los, fixando o juiz o valor indispensável à sobrevivência (BRASIL, 2002-B).

Por fim, corrobora ainda o parágrafo único do Artigo 1.708 do Código Civil, que os alimentos devidos em face de casamento ou união estável serão cessados “[...] se tiver procedimento indigno em relação ao devedor”. Haja vista, o referido artigo citado acima ressalva que o dever de prestar alimento será interrompido quando o credor casar, amasiar ou manter uma união estável (BRASIL, 2002-B).

Para serem fixados os alimentos existem três classificações que devem ser analisadas: o vínculo entre o alimentante e alimentado, em face de parente cônjuge ou companheiro; a quantia a ser paga, conciliado com a condição social ou mínimos; e o momento processual em que são implantados, provisórios, provisionais ou definitivos (COELHO, 2011, p. 217).

A partir do que transcorre no Artigo 1.694 do Código Civil sobre a obrigação alimentar ser igualada entre companheiros, parentes e cônjuges, o que aduz o nobre doutrinador Cahali (2002, p. 239-240 apud GONÇALVES, 2011, p. 551):

Assim, destacam-se algumas das situações apontadas pelo referido autor: a) o companheiro pode pedir ao outro os alimentos de que necessite ‘para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender as necessidades de sua educação’; b) os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada; c) os alimentos serão apenas os indispensáveis à subsistência, quando a necessidade do companheiro reclamante resultar de culpa sua; d) somente serão devidos alimentos ao companheiro quando este não tem bens

suficientes, nem pode prover ao seu sustento pelo trabalho, e aquele de quem se reclamam pode fornece-los sem desfalque do necessário ao seus sustento; e) o direito de alimentos entre companheiros é recíproco, podendo o credor não exercer, sendo-lhe vedado, contudo, renuncia-lo; f) falecendo o companheiro obrigado a prestar alimentos, essa obrigação transmite-se aos seus herdeiros, 'na forma do art. 1.694'; g) com o casamento, união estável ou concubinato do companheiro, cessa o dever de prestar alimentos, do mesmo modo que cessa esse direito se aquele tiver com relação ao devedor um procedimento indigno.

Discorrido sobre a constituição da obrigação alimentar, o capítulo seguinte, intitulado 'A sistemática do protesto de documentos' referir-se-à ao protesto e seus princípios, as espécies de protestos e os documentos protestáveis.

3 A SISTEMÁTICA DO PROTESTO E DOCUMENTOS

3.1 O PROTESTO E SEUS PRINCÍPIOS

O Artigo 1º da Lei nº 9.492/97 alude o instituto do protesto a defini-lo como ato que comprova o inadimplemento obrigatório em títulos de crédito e diversos documentos de dívidas, não somente os cambiários (BRASIL, 1997-C).

O protesto é o elemento que prova principalmente a falta ou recusa do aceite ou pagamento, assegurando o direito contra os coobrigados do título, diferente do protesto judicial, aludidos no Artigo 867 e demais do Código de Processo Civil de 1973, cujo pretende “[...] prevenir responsabilidade, prover à conservação e ressalva de seus direitos, ou manifestar qualquer intenção de modo formal” do portador (MARTINS, 2013, p. 195).

Se de todas as formas coercitivas possíveis ainda assim a obrigação alimentar não ter sido satisfeita, pode ocorrer o protesto.

Desde o ano de 1614, Rafael de Turri já citava o verbete protesto na Enciclopédia Saraiva do Direito como:

[...] ato pelo qual o credor da obrigação registra a negligencia do direito do responsável, em presença do notário e das testemunhas. Acrescenta que este ato público tem dupla finalidade e o próprio tabelião é o executor de ambas são diferentes: a apresentação a protesto e a satisfação de seu objeto (SARQUIZ, 1994, p. 17).

Esse conceito clássico passou a não abranger mais o que o novo instituto do protesto demanda, pois conforme a situação socioeconômica contemporânea “[...] o instituto do protesto distanciou-se tanto de sua concepção legal que [...] quando se fala em protesto, pensa-se principalmente nisto: cobrança coercitiva, protesto-execução” (MOTA, 1984, p. 13-15 apud SARQUIZ, 1994, p. 18).

Nos termo da Lei 9.492/1997, sobre os serviços de protesto de título:

Art. 1º Protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em título e outros documentos de dívida (BRASIL, 1997-C).

O protesto é a prova da negação do devedor em adimplir com a dívida, por exercício da sua obrigação cambiária (HORLLE, 2008, p. 14; LOUREIRO, 2014, p. 372; MOURA, 2008, p. 49). Portanto, será conforme a situação específica e o pedido do credor que o protesto será feito, formalmente e solenemente pelo oficial público, não como reclame pessoal ao sujeito (SARQUIZ, 1994, p. 16).

Oliveira define protesto como “[...] o ato oficial pelo qual se prova a não realização de promessa contida na letra”, portanto, é o que comprova a exigência de ocorrência do título de crédito (1996, p. 138).

“Protesto de títulos, portanto, é a afirmação solene em ato público formado por notário, com finalidade iminente de provar, com segurança jurídica, o descumprimento de obrigação cambial” (LOUREIRO, 2014, p. 372). A necessidade da publicação se deve ao fato de corroborar a transparência da falta de aceite ou pagamento.

O conceito de protesto extrajudicial vai além dos títulos cambiários, valendo-se também outros documentos de dívida. Para tanto, aduz Ceneviva (2002 apud HORLLE, 2008, p. 15):

A definição posta no art. 1º, consolidando a feição dada ao protesto pelas diversas que vinculam disposições a ele relacionadas, não apenas sintetiza, mas explora as concepções doutrinárias tradicionais, ao contemplar, além da inadimplência, que corresponde à não-satisfação pela devedor da obrigação, de dar (vale dizer, de pagar) contida no título ou documento de dívida, o descumprimento de obrigações de fazer e não fazer vinculado ao título ou documento de dívida.

O protesto extrajudicial ocorre fora do Juízo, sem dependência da autorização judicial, diferente do protesto judicial. Este último é referente de “[...] cautelar nominada [...] adotada por aquele que desejar prevenir responsabilidade, prover a conservação e ressalva de seus direitos ou manifestar qualquer intenção de modo formal” (ROSA JUNIOR, 2000, p. 376).

Há três efeitos advindos do protesto, são eles: a comprovação da dívida; da documentação que se comprova a inadimplência do devedor; e hipótese para ação de regresso (MIRANDA, 1982, apud LOUREIRO, 2014, p. 372).

Concomitante a outros sistemas normativos, o protesto de títulos fundamenta-se em diversos princípios que explanam os protestos enquanto ato e procedimento notarial e registral. Seis princípios são pontuados pela doutrina: oficialidade; insubstitutividade; unitariedade; rogação; celeridade e formalidade simplificada (LOUREIRO, 2014, p. 375).

Segundo o doutrinador supracitado, o princípio da oficialidade transmite que o protesto é um ato oficial, portanto, obrigatoriamente será efetivado por tabelião de protesto. Tal profissional tem atos de presunção de veracidade, ou seja, a quem o Estado encarrega dessa função pública de declaração solene da inadimplência da obrigação de dívida. Mesmo sem autorização judicial o protesto ocorre extrajudicialmente e mantém o seu efeito comprobatório, pois sempre será ato solene e formal (LOUREIRO, 2014, p. 375).

Como o próprio nome já supõe, o princípio da insubstitutividade aduz que o protesto é prova insubstituível, ou seja, nenhum outro ato, documento ou testemunho pode se valer de igual modo (LOUREIRO, 2014, p. 375).

O princípio da unitariedade nos ressalta que o protesto deverá ser efetuado em um ato apenas, protestando o título comprobatório da dívida e não o devedor, pois é feito contra a falta de aceite ou pagamento (LOUREIRO, 2014, p. 375).

Para tanto, conforme o autor supracitado, estas são as causas do princípio da unitariedade:

- a) protestado o título por falta de pagamento em que houve a intimação do devedor principal, é inadmissível novo protesto do mesmo título contra os coobrigados;
- b) tirado o protesto comum, não há necessidade de novo protesto para fins de falência;
- c) tirado o protesto por falta de pagamento, não se protesta por falta de aceite ou devolução;
- d) tirado o protesto por falta de aceite ou de devolução, inútil é o protesto por falta de pagamento (LOUREIRO, 2014, p. 375).

O princípio de rogação ou de instância pressupõe que o tabelião só agirá por vontade do portador do título, nunca por seu próprio interesse, ou seja, somente dependerá da vontade e da iniciativa do portador, pois é ato voluntário, e somente valerá os dados apresentados pelo portador do título. Este princípio se prorroga durante e após todas as fases do procedimento,

inclusive após o registro. O tabelião, por sua vez, não cancela de ofício o registro, sequer executa averbações (LOUREIRO, 2014, p. 375). O Artigo 25 da Lei 9.492/1997 aduz que só poderá de ofício corrigir erro evidente.

Pelo princípio da celeridade e da formalidade simplificada, impera no Direito Comercial a eficácia e agilidade. Isto acontece quando ao retirar o protesto, o prazo de protocolar os títulos tem vinte quatro horas para ser apresentado em três dias úteis para ser lavrado (LOUREIRO, 2014, p. 375). Portanto, o que se pretende com esse princípio é uma intimação simplificada, conforme a Lei 9.492/1997 que acentua curtos prazos para o ato de protesto ser realizado.

É satisfatória a entrega do aviso para qualquer pessoa presente no endereço indicado pelo apresentante do título, cuja será responsável. Vale também intimação por correio, com aviso de recebimento. Para garantir a celeridade e simplificação do procedimento se aceita ainda o uso de processos eletrônicos e digitalizados, como exemplo, a apresentação de títulos em suporte eletrônico ou magnético (LOUREIRO, 2014, p. 376).

3.2 AS ÉSPECIES DE PROTESTO

Conforme a finalidade do ato, o protesto se classifica pela doutrina em comum e especial. Sobre os efeitos e o procedimento para lavratura do protesto, ambos, comum e especial não se diferenciam (LOUREIRO, 2014, p. 374).

Para solicitar a falência de devedor comerciante é utilizado o protesto especial, que não aponta somente comprovação de descumprimento de obrigação cambiária, assim como os títulos não cambiários (LOUREIRO, 2014, p. 374; ROSA JUNIOR, 2000, p. 410). O protesto especial também designa a manutenção de todos os direitos do portador referentes aos devedores indiretos (ROSA JUNIOR, 2000, p. 410).

O protesto comum tem como efeitos a suspensão da prescrição ou inadimplemento da obrigação cambiária para fins de cômputo de juros de mora, entre outros, todos com intuito de confirmação (LOUREIRO, 2014, p. 374).

Somente quando há justificativas plausíveis o protesto é direito do portador. Há três diferentes formas de descumprimento de obrigação cambial

que podem ser comprovadas pelo protesto comum: por falta de pagamento; por falta ou recusa de devolução e por falta ou recusa de aceite (LOUREIRO, 2014, p. 374; OLIVEIRA, 1996, p. 139; MARTINS, 2013, p. 196). Porém, se comprovados o não cumprimento da obrigação, diversas consequências são observadas (MARTINS, 2013, p. 196).

Para comprovar o não pagamento da obrigação cambiária até a data do vencimento e interesse do portador do título, será utilizado o protesto por falta de pagamento (LOUREIRO, 2014, p. 374). Somente é aceitável o protesto por falta de pagamento após o vencimento do título, pois até esta data a obrigação ainda pode ser adimplida (LOUREIRO, 2014, p. 374; PARIZATTO, 2010, p. 47).

Essa forma de protesto deverá ser realizada no prazo, ao contrário o portador do título perde todos os direitos para com os coobrigados (ROSA JÚNIOR, 2007, p. 400). O protesto deve ser efetivado uma única vez, visto que não é oportuno um novo protesto por falta de pagamento quando já houver um protesto no título por falta de devolução ou de aceite (LOUREIRO, 2014, p. 374; ROSA JUNIOR, 2000, p. 376). Somente no vencimento do prazo da letra que o protesto por falta ou recusa de pagamento pode ocorrer, portanto, assegura que a obrigação não foi cumprida (MARTINS, 2013, p. 198).

O protesto por falta de devolução possui o mesmo propósito do protesto por falta de aceite, provando o interesse do portador, entretanto permite o direito de regresso. O protesto por falta de aceite não relaciona o não aceitante, apenas prova o interesse do portador em indicar que o pagamento do título não se dará até a data do vencimento, assim como ação de regresso contra os coobrigados anteriores (LOUREIRO, 2014, p. 374).

Conforme os efeitos do protesto, eles se classificam em necessário ou facultativo. A lei obriga ao portador do título que exerça o direito regresso em desfavor os coobrigados anteriores ou para a propositura de ação judicial de falência, este é o ônus do protesto necessário (LOUREIRO, 2014, p. 374). A comprovação, parcial ou total, da falta de pagamento ou aceite de título cambiário será realizada por protesto necessário, por oficial público, em documentação solene e formal (THEODORO JÚNIOR, 2007, p. 396).

A menção ao termo 'obrigatório' não é considerada correta por todos os doutrinadores, visto que o sujeito nunca poderá ser obrigado a cometer ato

contra sua vontade, portanto, a expressão 'necessário' é preferido, visto que "[...] sua falta prejudica direitos do portador do título de crédito, máxime a perda do direito de ação em relação aos devedores indiretos" (ROSA JUNIOR, 2000, p. 378).

Outras hipóteses da perda de direitos pelo portador, para configurar o protesto necessário podem ser devido a não aceitação do aceite; falência do aceitante, sacado ou sacador, para garantir o pagamento; pela falta de algum dado na letra de câmbio para fins de verificar a falha e portador garantir o direito de regresso (OLIVEIRA, 1996, p. 142).

Por sua vez, o protesto facultativo é opcional, aquele cuja lei não obriga a sua lavratura enquanto condição para exercício de qualquer solicitação do portador do título ou documento. Este protesto tem função exclusiva de comprovar a impontualidade do devedor do cumprimento da obrigação cambial e constitutiva da mora, sem conservar ou acrescentar direitos (ALMEIDA, 2005, p. 387; LOUREIRO, 2014, p. 374; PINHEIRO, 2001, p. 13).

Tal protesto acontece quando o vencimento da letra de câmbio estiver apontado e não cumprido, por falta de aceite, ou ainda apresentar 'sem protesto' (ROSA JUNIOR, 2000, p. 383).

O protesto facultativo gera o efeito extralegal que é o abalo de crédito, para tanto, os portadores de títulos protestados tem seu crédito negado pelos bancos e comércios. Devido a negação do crédito o protesto é visto como execução forçada, ao contrário, correrá o risco de sofrer consequências ao seu crédito (OLIVEIRA, 1996, p. 143).

O cumprimento da obrigação impontual do devedor pode ser reforçado ao se dar publicidade pelo protesto facultativo. Para tanto, Silva (2004 apud MEDEIROS, 2010, p. 62) menciona que:

[...] que pode considerar-se justificado o protesto pelo interesse do portador, igualmente digno de tutela, em fazer constatar a mora do devedor, mediante ato autêntico, bem como a pressão psicológica sobre o mesmo, dado o descrédito comercial provocado pela publicidade que acompanha esta forma de constatação da falta de pagamento do título.

Os documentos por protesto facultativo não mencionam prazos para serem protestados, e em qualquer tempo apresentados (ALMEIDA, 2005, p. 410).

Para adaptar-se frente às constantes exigências sociais, o protesto também passa por alterações na sua função, alterando-se para comprovação de inadimplência de obrigações cambiais e cambiariformes (LOUREIRO, 2014, p. 372).

Segundo o autor supracitado, as novas funções do protesto são:

- a) prova da inadimplência de obrigações decorrentes de documentos de dívida (art. 1.º da Lei 9.492/1997);
- b) interrupção da prescrição (art. 202, III, do CC e Lei de Protesto);
- c) constituição da mora na compra e venda com reserva de domínio (art. 1.071, CPC) e na alienação fiduciária de bens móveis (Decreto-lei 911/1969);
- d) pressuposto de admissibilidade para a ação de execução de contrato de câmbio (Lei 4.728/1965, art. 75 – Lei de mercado de capitais);
- e) caracterização do estado de falência (art. 94, I, da Lei 11.101/2005) (LOUREIRO, 2014, p. 372).

Pelo fato de que a data para pagamento da letra de câmbio, quando houve a recusa de aceite, é fixada pelo protesto, faz com que sua função seja a de comprovação de inadimplência das obrigações de títulos e documentos de dívida. Outra função é de combater esta inadimplência pela coerção moral do devedor e colaborar pelo desenvolvimento do mercado de crédito e economia. Em suma, as três funções do novo instituto de protesto são de ser probatória, conservatória do direito do credor e informativa cambiariformes (LOUREIRO, 2014, p. 372).

A intenção do protesto de título de crédito ser “[...] ato cambiário público, formal, extrajudicial e unitário [...]” e comprovar ocorrências das relações cambiais, pretende ainda preservar os direitos cambiários do portador (ROSA JUNIOR, 2000, p. 374).

A comprovação do interesse do credor em receber pagamento ou o não cumprimento da obrigação pelo devedor é que evidencia o efeito probatório. O segundo efeito é decorrente do protesto necessário, cujo assegura o direito de regresso do credor contra o sacador e coobrigados para adquirir seu crédito (PEREIRA, 2001, p. 14).

Vale ressaltar os efeitos do protesto quando são diferentes dos títulos cambiais, decorrentes do instituto do protesto extrajudicial. Rosa Junior (2000, p. 376) aduz que o protesto não deve ser meio de coação ou cobrança, em que possa causar consequências da difamação do devedor.

Para tanto, Almeida cita o efeito da publicidade, cujo princípio da publicidade assegura todas as atividades notariais e de registro de serem levados à conhecimento de todos interessados da sociedade (2010 apud MEDEIROS, 2010, p. 66).

O Artigo 29, da Lei n. 9.492/97 dispõe o seguinte sobre este efeito:

Art. 29. Os cartórios fornecerão às entidades representativas da indústria e do comércio ou àquelas vinculadas à proteção do crédito, quando solicitada, certidão diária, em forma de relação, dos protestos tirados e dos cancelamentos efetuados, com a nota de se cuidar de informação reservada, da qual não se poderá dar publicidade pela imprensa, nem mesmo parcialmente (BRASIL, 1997-C).

Portanto, a publicidade tem a finalidade de proteger as relações de negócios, a partir da divulgação do cadastro de inadimplentes pelos serviços de proteção ao crédito, como o próprio Serviço de Proteção ao Crédito (SPC¹) e a Centralização dos Serviços Bancários (SERASA²). Desta forma, os comerciantes são assegurados do acesso ao nome do indivíduo para saber se o mesmo está em protesto (PARIZZATO, 2010, p. 69).

¹ SPC é o sistema de informações das Câmaras de Dirigentes Lojistas – CDL, constituindo-se o mais completo banco de dados da América Latina em informações creditícias sobre pessoas físicas e pessoas jurídicas, auxiliando na tomada de decisões para concessão de crédito pelas empresas em todo país. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/institucional/spc-brasil>> Acesso em: 01 de mai. 2016.

² O nome da empresa na época da fundação era Serasa, um acrônimo para Serviços de Assessoria S/A e que posteriormente teve seu significado modificado para Centralização dos Serviços Bancários. Na década de 1990, passou a fornecer informações e análise de balanços para todos os segmentos da economia e para empresas de todos os portes. A ampliação resultou em redução do preço dos serviços, o que permitiu que pequenas e médias empresas tivessem acesso aos dados, antes restritos às grandes corporações e aos bancos. Em 2007, o grupo irlandês Experian comprou o controle da Serasa, que passou a chamar-se Serasa Experian. . Disponível em: <<http://www.sinpc.com.br/serasa.php>> Acesso em: 01 de mai. 2016.

Sobre este efeito, algumas implicações recaem sobre o devedor com título em protesto, como dificuldade em “[...] comprar a prazo, ajustar uma locação imobiliária ou obter um emprego, tornando difíceis seus negócios” (COSTA, 2009, p. 249).

A publicidade do protesto ainda suscita a coerção, aliada a uma pressão psicológica que o faz mais seguramente adimplir com sua dívida (SARQUIZ, 1994 apud MEDEIROS, 2010, p. 76).

3.3 DOCUMENTOS PROTESTÁVEIS

Conforme alguns doutrinadores, objeto de protesto é o documento que comprova obrigação certa, líquida e exigível. Todavia, outros doutrinadores afirmam que somente a lei prevê quais os documentos que demonstram e comprovam dívida (LOUREIRO, 2014, p. 372). Venosa corrobora que o legislador não definiu os documentos que poderiam ser protestados (2009, p. 469).

Para tanto, a doutrina divide-se em duas correntes interpretativas do Art. 1º da Lei 9.492/97: uma restritiva e outra extensiva (BRASIL, 1997-C). Pinheiro demonstra os dois vieses, primeiro a partir da interpretação restritiva:

[...] o dispositivo em tela deve ser interpretado restritivamente, porque a nova lei de Protesto não estendeu o ato de protesto a qualquer documento, mas tão somente aos títulos cambiários e aos títulos executivos judiciais e extrajudiciais, os quais estão elencados nos arts 584 e 585 do CPC de 1973 (2001, p. 10).

Enquanto a interpretação extensiva é da seguinte forma compreendida, segundo o doutrinador supracitado:

A interpretação extensiva do art. 1º é defendida por Carlos Henrique Abraão, porque o protesto abrangeria os títulos de créditos em geral, alcançando contratos e instrumentos formatados em documentos públicos e particulares; títulos em moeda estrangeira, desde que traduzidos por tradutor público, e os documentos expedidos por meio eletrônicos. Para este autor, os requisitos necessários para protestar qualquer documento são a liquidez e certeza da obrigação, os quais deveriam ser analisados pelo Tabelião de Protesto em primeiro lugar, com o fim de formalizar o ato de protesto (PINHEIRO, 2001, p. 10).

Filho ainda afirma que a expressão ‘outros documentos de dívida’, expressa na lei, não somente refere-se aos títulos cambiais e executivos judiciais ou extrajudiciais, mas abrange outros documentos que originam dívidas, e representem obrigação líquida, certa e exigível (2004 apud PINHO; VAZ, 2007, p. 9). Pozza corrobora que o sentido mais racional é compreender qualquer título executivo, judicial ou extrajudicial como documento de dívida (1998 apud HORLLE, 2005, p. 89).

Portanto, a lei do protesto assinala os documentos de dívidas igualmente possíveis de serem protestados, atribuindo propriedade de título executivo judicial ou extrajudicial. Dentre eles: sentença civil condenatória; escritura pública e “[...] qualquer documento público assinado pelo devedor, ou particular assinado pelo devedor e duas testemunhas [...]”, desde que comprovem obrigação certa, líquida e exigível (THEODORO JÚNIOR, 2007, p. 71).

Quanto ao protesto de título executivo judicial, tem-se admitido os já transitados em julgado, de modo que o devedor seja coagido à adimplir sua dívida. Para tanto, o Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, aduz que:

[...] 1. O protesto comprova o inadimplemento. Funciona, por isso, como poderoso instrumento a serviço do credor, pois alerta o devedor para cumprir sua obrigação. 2. O protesto é devido sempre que a obrigação estampada no título é líquida, certa e exigível. 3. Sentença condenatória transitada em julgado, é título representativo de dívida - tanto quanto qualquer título de crédito. 4. É possível o protesto da sentença condenatória, transitada em julgado, que represente obrigação pecuniária líquida, certa e exigível. 5. Quem não cumpre espontaneamente a decisão judicial não pode reclamar porque a respectiva sentença foi levada a protesto (SANTA CATARINA, 2015).

Segundo parecer normativo do DOE de 10.09.1998 (Proc. CGJ-SP 2.373/97), o Tribunal de Justiça de São Paulo afirmou que somente documentos demonstrativos de dívida expressa em lei poderiam ser protestados, alegando que “[...] sem previsão legal específica, não se pode ampliar o rol dos títulos protestáveis”. No entanto, a fim de aprimorar esta consideração, o Artigo 585, II a VII do Código de Processo Civil de 1973, aduz que a obrigação certa, líquida e exigível, comprovada pelos documentos protestáveis, são “[...] tais como a escritura pública de confissão de dívida assinada pelo devedor, contratos garantidos por direitos reais de garantia ou

caução, seguro de vida, certidão de dívida ativa, etc” (LOUREIRO, 2014, p. 372). Considera-se ainda por documentos, a verificação judicial, confissão de dívida e sentença transitada em julgado.

A antiga Lei Uniforme é quem regula no Brasil o protesto cambial, mas sem referir-se a detalhes, determina que as leis do país onde se faz o protesto é que se valem. Para tanto, ele somente atesta a falta ou recusa do aceite ou pagamento, mas não cria direitos e mesmo por vezes se mencionando protesto obrigatório, ele é ato facultativo (MARTINS, 2013, p. 195-196). Por esta razão, o título que não é protestado e em seguida cai o direito regressivo do portador é ocasionado pelo prazo não assegurado do mesmo, não por falta do protesto, mas por falta de atitude e importância do portador dado ao prazo em que poderia ter certificado seu direito (MARTINS, 2013, p. 195).

Além dos títulos cambiais, a Lei 9.492/1997 abrange, mesmo sem defini-los, os documentos demonstrativos de dívida como objeto de protesto, cujos são títulos ordinários e não de crédito. Entre estes, estão o débito de aluguel, encargos de locação do contrato escrito e contrato de câmbio, conforme Artigo 75 da Lei 4.728/1965. Portanto, todos os títulos executivos extrajudiciais são protestáveis, segundo a legislação processual em vigor (LOUREIRO, 2014, p. 372).

Contratos bilaterais que previnam pagamento em dinheiro podem ser protestados, desde que o apresentante comprove o cumprimento da obrigação para que não restem suspeitas de inadimplência e contrato não cumprido (LOUREIRO, 2014, p. 373).

Para protesto de contratos em casos de obrigações alternativas, o Artigo 252 do Código Civil trata que haverá de conter cláusula expressando a escolha do credor pelo comprometimento do pagamento, diferente de quando esta escolha resta ao devedor (LOUREIRO, 2014, p. 373).

Os títulos executivos judiciais, a exemplo de sentenças condenatórias para pagamento de quantia determinada ou determinável, também podem ser protestados. Para tanto, segue a ementa:

Tabelião de Protesto de Letras e Títulos. Crédito decorrente de alimentos fixados em sentença judicial. Possibilidade em tese. Necessidade, porém, de apresentação da prova da sentença que

fixados os alimentos, instruída com os demais documentos comprobatórios da liquidez e certeza do débito. Recorrente que, in casu, não incluiu a sentença em que fixados os alimentos entre os documentos apresentados para protesto, impossibilitando a prática do ato (Proc. CG 24.688/2009) (LOUREIRO, 2014, p. 373).

Protestam-se também decisões de alimentos provisionais ou provisórios, comprovando o inadimplemento do alimentante. Protestam-se ainda títulos de créditos próprios (representa operação de crédito, como letra de câmbio e nota promissória) e impróprios (não representa operação de crédito, porém se incorpora obrigações de pagar em dinheiro, como cheque, duplicata etc.), seguindo desta maneira a disciplina jurídica cambiária (LOUREIRO, 2014, p. 373).

Os títulos protestáveis apenas poderão ser levados ao protesto se os requisitos legais forem minuciosamente preenchidos. O Artigo 891 do Código Civil de 2002, ressalva que quando forem lançados em branco, ou incompletos, o próprio portador poderá preenchê-lo, observando os ajustes necessários (LOUREIRO, 2014, p. 373).

No que se referem a títulos estrangeiros, os protestos poderão ser feitos se estiverem traduzidos por tradutor juramentado. Por sua vez, conforme o Artigo 10 da Lei 9.492/1997, o pagamento deverá ser feito em moeda nacional, segundo câmbio da data do protocolo (LOUREIRO, 2014, p. 373).

O doutrinador Loureiro (2014, p. 373) cita exemplos de documentos que podem ser apresentados a protesto, segue:

- a) Títulos cambiais e cambiariformes que representem obrigações de pagar, exceto o protesto por falta de pagamento de letra de câmbio contra sacado não aceitante (§ 5.º do art. 21 da Lei 9.492/1997, introduzido pelo art. 25 da Lei 12.767/2012).
- b) Documentos de dívida que constituam títulos executivos previstos no rol do art. 585, II, do CPC, desde que presentes os requisitos de certeza, liquidez e exigibilidade e, em se tratando de contratos, firmados por duas testemunhas.
- c) Títulos de crédito rural (Decreto-lei 167/1967). Atentar para o art. 60 segundo o qual não há necessidade de protesto para o exercício do direito de regresso contra os endossantes e avalistas, e ainda o § 1.º deste artigo, que dispõe que o portador de nota promissória rural e duplicata rural não tem direito de regresso contra o primeiro endossante e seus avalistas (primeiro endossante é o favorecido, ou seja, o produtor ou cooperativa que recebe o título como promessa de pagamento pela venda do produto rural). Logo, cabe protesto contra os coobrigados apenas para outros fins que não o exercício do direito de regresso e, na nota promissória rural e duplicata rural, não cabe protesto contra o produtor rural.

- d) Títulos de crédito industrial e comercial e à exportação: também se aplica o art. 60 do Decreto-lei 167/1967 por reenvio das respectivas leis de regência.
- e) Certidão de dívida ativa (CDA) embora tenha presunção de legitimidade (Parágrafo único do art. 1.º da Lei 9.492/1997, introduzido pelo art. 25 da Lei 12.767/2012).
- f) Compromisso de ajustamento de conduta (art. 5.º, § 6.º, da Lei 7.347/1985, e art.113, CDC).
- g) Contratos de prestação de serviços (art. 2.º, Lei 5.474/1968); de locação de imóvel; de câmbio; de participação em grupo de consórcio (art. 10 da Lei 11.795/2008); de alienação fiduciária e de compra e venda com reserva de domínio dentre outros contratos).
- h) Encargos condominiais (Lei Estadual paulista 13.160/2008).
- i) Sentença arbitral (Lei de arbitragem art. 3.º).
- j) Termo de conciliação da justiça de trabalho (art.625-E, CLT).
- k) Warrant (Decreto 1.102/1903, art. 23).

Se tratando dos documentos que não podem ser protestados, Loureiro ainda cita os títulos de crédito impróprios (sem obrigação de pagamento) ou títulos de legitimação (sem direito de crédito, mas de receber prestação), contratos de factoring ou fomento mercantil com cláusula pro solvendo (sem direito de regresso contra cedente do título), contrato de abertura de conta corrente e boletos de cartão de crédito, entre outros (2014, p. 374).

Por fim, algumas características definem os efeitos do protesto. O protesto caracteriza fraude contra credores, portanto, é prova oficial de obrigação cambial inadimplente e legitimiza a falência e quebra. O Artigo 40 da Lei 9.492/1997 afirma que o protesto demarca o termo inicial de juros, taxas e correção monetária, por sua vez o Artigo 202, III, do Código Civil aduz que ele interrompe a prescrição e permite ao portador de duplicata não aceitar a propositura de ação de execução (LOUREIRO, 2014, p. 375).

Vale ressaltar que o portador tem permissão de praticar direito de regresso aos coobrigados anteriores quando o protesto é lavrado a menos de trinta dias do vencimento do título (LOUREIRO, 2014, p. 375).

Após verificarmos a sistemática do protesto, seus princípios e suas espécies, assim como os documentos protestáveis, pôde-se constatar que para serem considerados devem ter os requisitos de liquidez, certeza e exigibilidade. Como descreve o Artigo 1º da Lei de Protesto, consta o trecho 'outros documentos', onde cabe que a sentença condenatória de alimentos que tenha os requisitos do protesto, pode sim ser protestada.

Portanto, passaremos no próximo capítulo a estudar a sentença condenatória de alimentos e o seu protesto.

4 A SENTENÇA CONDENATÓRIA DE ALIMENTOS E O SEU PROTESTO

4.1 A EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR E OS SEUS RITOS

Quando a obrigação alimentar formalizada não é efetivada pelo devedor, o credor deve buscar os meios de execução para que o devedor cumpra sua obrigação (DIAS, 2013, p. 603).

Não obstante, antes de tratar dos meios executivos da obrigação alimentar analisar-se-á as formas que esta obrigação pode se materializar.

4.1.1 O débito alimentar e a sua formação por título executivo judicial e extrajudicial

O Novo Código de Processo Civil evoluiu no que diz respeito a título executivo judicial e extrajudicial, que materializem uma obrigação alimentar. Ao se tratar de título executivo judicial, a execução será por meio de cumprimento de sentença, prevista no Artigo 528³ e seguintes do referido Código, nos

³ Art. 528. No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o juiz, a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em 3 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo.

§ 1 Caso o executado, no prazo referido no caput, não efetue o pagamento, não prove que o efetuou ou não apresente justificativa da impossibilidade de efetuar-lo, o juiz mandará protestar o pronunciamento judicial, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 517.

§ 2 Somente a comprovação de fato que gere a impossibilidade absoluta de pagar justificará o inadimplemento.

§ 3 Se o executado não pagar ou se a justificativa apresentada não for aceita, o juiz, além de mandar protestar o pronunciamento judicial na forma do § 1o, decretar-lhe-á a prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses.

§ 4 A prisão será cumprida em regime fechado, devendo o preso ficar separado dos presos comuns.

§ 5 O cumprimento da pena não exime o executado do pagamento das prestações vencidas e vincendas.

§ 6 Paga a prestação alimentícia, o juiz suspenderá o cumprimento da ordem de prisão.

§ 7 O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende até as 3 (três).

prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo.

§ 8 O exequente pode optar por promover o cumprimento da sentença ou decisão desde logo, nos termos do disposto neste Livro, Título II, Capítulo III, caso em que não será admissível a prisão do executado, e, recaiando a penhora em dinheiro, a concessão de efeito suspensivo à impugnação não obsta a que o exequente levante mensalmente a importância da prestação.

§ 9 Além das opções previstas no art. 516, parágrafo único, o exequente pode promover o cumprimento da sentença ou decisão que condena ao pagamento de prestação alimentícia no juízo de seu domicílio.

mesmos autos da ação alimentar. Quanto ao título executivo extrajudicial, será através da execução, por autos apartados, conforme os Artigos 911⁴ e seguintes também do Código de Processo Civil.

Os títulos executivos judiciais devem ser realizados por cumprimento de sentença, como quando não há pagamento de pensão alimentar fixada em sentença judicial ou acordo homologado pelo Juízo, conforme são previstos no Artigo 515 do Código de Processo Civil:

Art. 515. São títulos executivos judiciais, cujo cumprimento dar-se-á de acordo com os artigos previstos neste Título:

I - as decisões proferidas no processo civil que reconheçam a exigibilidade de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa;

II - a decisão homologatória de autocomposição judicial;

III - a decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza;

IV - o formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal;

V - o crédito de auxiliar da justiça, quando as custas, emolumentos ou honorários tiverem sido aprovados por decisão judicial;

VI - a sentença penal condenatória transitada em julgado;

VII - a sentença arbitral;

VIII - a sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça;

IX - a decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do exequatur à carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça;

X - (VETADO).

§ 1º Nos casos dos incisos VI a IX, o devedor será citado no juízo cível para o cumprimento da sentença ou para a liquidação no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 2º A autocomposição judicial pode envolver sujeito estranho ao processo e versar sobre relação jurídica que não tenha sido deduzida em juízo (BRASIL, 2015-D) (grifo nosso).

Os casos de títulos executivos extrajudiciais estão enumerados no Artigo 784 do Código de Processo Civil de 2015, onde sua cobrança será feita por meio da execução:

Art. 784. São títulos executivos extrajudiciais:

I - a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque;

II - a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor;

⁴ Art. 911. Na execução fundada em título executivo extrajudicial que contenha obrigação alimentar, o juiz mandará citar o executado para, em 3 (três) dias, efetuar o pagamento das parcelas anteriores ao início da execução e das que se vencerem no seu curso, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo.

- III - o documento particular assinado pelo devedor e por 2 (duas) testemunhas;
 - IV - o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal;
 - V - o contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução;
 - VI - o contrato de seguro de vida em caso de morte;
 - VII - o crédito decorrente de foro e laudêmio;
 - VIII - o crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio;
 - IX - a certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei;
 - X - o crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, desde que documentalmente comprovadas;
 - XI - a certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei;
 - XII - todos os demais títulos aos quais, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva.
- § 1º A propositura de qualquer ação relativa a débito constante de título executivo não inibe o credor de promover-lhe a execução.
- § 2º Os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro não dependem de homologação para serem executados.
- § 3º O título estrangeiro só terá eficácia executiva quando satisfeitos os requisitos de formação exigidos pela lei do lugar de sua celebração e quando o Brasil for indicado como o lugar de cumprimento da obrigação (BRASIL, 2015-D).

Conforme Dias e Larratúa, o termo ‘cumprimento de sentença’ garante o reconhecimento do direito em juízo, não necessitando ser mais em autos apartados, “[...] transformou-se em um incidente processual [...]”, entretanto, conservou sua natureza jurídica de ação (2010, p. 2).

Para o credor receber o seu direito já reconhecido em sentença, não precisará entrar com uma ação de execução em autos autônomo, que necessitaria de mais tempo. Desta forma, o cumprimento de sentença é contínuo do processo já em curso, sendo feito diretamente a intimação do devedor (DIAS; LARRATÚA, 2010, p. 2).

Por ser tratar de alimentos, direito personalíssimo que garante a manutenção do indivíduo e sua integridade em todos os aspectos, esta execução precisa ser célere e eficiente (DIAS; LARRATÚA, 2010, p. 4).

Logo que se fixem os alimentos em decisão judicial, eles já podem ser exigidos pelo credor, diferentemente dos extrajudiciais, em que o devedor

tem a obrigação de pagar desde o instante em que o acordo é estabelecido entre as partes (DIAS; LARRATÉA, 2010, p. 7).

Dias e Larratéa mencionam que:

A obrigação alimentar é, com certeza, se não o mais, um dos mais importantes encargos previsto no ordenamento jurídico, tanto que merece proteção constitucional superior ao direito à liberdade. Como os alimentos visam a assegurar a sobrevivência, a garantia do seu adimplemento se fundamenta em um punhado de princípios que resguardam o respeito à dignidade humana. Daí a necessidade de se aplicar a legislação mais eficaz, os procedimentos mais céleres, de modo a assegurar ao credor, do modo mais ágil possível, o direito mais sagrado: o direito à vida (2008, p. 18).

Ao finalizarmos esse tópico que discutiu sobre as formas de título extrajudicial e judicial que materializam a obrigação alimentar e seus caminhos de execução, passar-se-á a seguir sobre os ritos da execução.

4.1.2 Rito da Expropriação

A expropriação serve como forma de cobrança de dívida alimentar de título judicial, conforme Artigo 523 do Processo Civil de 2015, ou extrajudicial conforme Artigo 824 do mesmo código, respectivos abaixo (DIAS, 2013, p. 612):

Art. 824. A execução por quantia certa realiza-se pela expropriação de bens do executado, ressalvadas as execuções especiais.

Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver.

[...]

§ 3º Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação (BRASIL, 2015-D).

O devedor citado terá três dias para efetuar o pagamento (Art. 829 CPC). O credor poderá sugerir os bens a serem penhorados caso o devedor não os tenha indicado (Art. 829 §2º CPC). Será determinado de plano pelo juiz, os honorários do advogado na porcentagem de dez por cento, que será devido pelo executado (Art. 827 CPC) (BRASIL, 2015-D).

Quanto à ordem de penhora, segue o Artigo 835 do Código de Processo Civil de 2015:

Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem:
I – dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira;
II – títulos da dívida pública da União, dos Estados e do Distrito Federal com cotação em mercado;
III – títulos e valores mobiliários com cotação em mercado;
IV – veículos de via terrestre;
V – bens imóveis;
VI – bens móveis em geral;
VII – semoventes;
VIII – navios e aeronaves;
IX – ações e quotas de sociedades simples e empresárias;
X – percentual do faturamento de empresa devedora;
XI – pedras e metais preciosos;
XII – direitos aquisitivos derivados de promessa de compra e venda e de alienação fiduciária em garantia;
XIII – outros direitos.
§ 1º É prioritária a penhora em dinheiro, podendo o juiz, nas demais hipóteses, alterar a ordem prevista no caput de acordo com as circunstâncias do caso concreto.
§ 2º Para fins de substituição da penhora, equiparam-se a dinheiro a fiança bancária e o seguro garantia judicial, desde que em valor não inferior ao do débito constante da inicial, acrescido de trinta por cento.
§ 3º Na execução de crédito com garantia real, a penhora recairá sobre a coisa dada em garantia, e, se a coisa pertencer a terceiro garantidor, este também será intimado da penhora (BRASIL, 2015-D).

Vale destacar que podem ser penhorados todos os atuais e futuros bens que devedor venha a possuir, considerando as exceções descritas em lei (Art. 789 CPC) (BRASIL, 2015-D).

Para adimplemento da dívida alimentícia, ainda é possível a penhora dos frutos e rendimentos dos bens impenhoráveis, quando não houver outros bens penhoráveis (Art. 834 CPC). Portanto, na lista dos bens impenhoráveis, estão: vencimento, subsídios, soldos, salários, remuneração, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios, montepios, quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal; assim como a quantia de até quarenta salários mínimos da caderneta de poupança (Art. 833, IV, X, §2º CPC) (BRASIL, 2015-D).

A pedido do credor a penhora poderá ser online, não sendo necessário que o devedor esteja ciente, de forma que o juiz possa agilizar sem

burocracias a efetivação do pedido junto ao sistema BACEN JUD⁵, até o valor do débito (Art. 854 CPC) (BRASIL, 2015-D).

A execução desta modalidade só se extingue com o pagamento de todas as parcelas que vencerem durante o período do processo, mesmo que este pedido não tenha sido declarado pelo credor (Art. 323 CPC) (BRASIL, 2015-D).

4.1.3 Rito da Coerção pessoal

A Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece no Artigo 5º, LXVII, que “não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia [...]” (BRASIL, 1988-A). Portanto, a prisão por dívida alimentar é excepcionalmente assegurada pela Constituição (DIAS, 2013, p. 605).

Independente do título de origem, judicial ou extrajudicial, a coerção pessoal é uma das formas de executar a dívida alimentícia, servindo como ameaça ao devedor (DIAS, 2013, p. 606). Deste modo, como complementa Cahali (2013, p. 735), a prisão não vem como forma de punir um criminoso, mas para obrigá-lo a cumprir com o pagamento dívida. “A prisão civil é meio de experimentar a solvabilidade, ou de vencer a má vontade daquele que procura ocultar o que possui” (CAHALI, 2013, p. 736). Corrobora Gama que a prisão neste caso não é “[...] vingança privada [...]”, pois pretende coagir o devedor a pagar, e não castigá-lo (GAMA, 2000, p. 30).

Como previsto no Artigo 528 do Código de Processo Civil, se o devedor não comprovar a impossibilidade do pagamento em três dias, o §3º garante o protesto do título de dívida alimentícia e decreta a prisão do devedor de um a três meses. Nesse sentido, o §4º descreve que o regime prisional

⁵ Bacen Jud é um instrumento de comunicação eletrônica entre o Poder Judiciário e instituições financeiras bancárias, com intermediação, gestão técnica e serviço de suporte a cargo do Banco Central. Por meio desse sistema, os magistrados protocolizam ordens judiciais de requisição de informações, bloqueio, desbloqueio e transferência de valores bloqueados, que são transmitidas às instituições bancárias para cumprimento e resposta.

Banco Central do Brasil Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?bcjudintro>> acesso em: 01 de mai. De 2016.

deverá ser fechado, onde o preso fica em cela distinta dos detentos comuns (BRASIL, 2015-D).

É importante ressaltar o §5º do mesmo Artigo citado, onde esclarece que, o cumprimento da pena não isenta o pagamento da dívida de alimentos, contudo como previsto no §6º, ao efetuar o pagamento da dívida à ordem de prisão será suspensa. Por fim, conforme §7º, a coerção por dívida alimentícia só é possível referente até as três últimas prestações vencidas e as demais que irão vencer durante o andamento do processo (BRASIL, 2015-D).

Ressalta Dias que, “[...] a justificativa é que a dívida alimentar acumulada por longo período perde o caráter de indispensabilidade, a garantir a sobrevivência do credor” (2013, p. 607). Este limite de prazo foi estabelecido com o objetivo de manter a via da coerção, mesmo que seja levado em conta o montante da dívida, o que pode dificultar o pagamento, e que por sua vez não onere excessivamente o executado (DIAS, 2013, p. 607).

Deve-se frisar que assim que uma prestação atrase o credor já tem o respaldo para cobrar a dívida por via coercitiva, não sendo exigido o atraso de três prestações já que a dívida garante a sobrevivência do credor, portanto precisa ser paga antecipadamente. As parcelas alternadas também podem ser cobradas (DIAS, 2013, p. 607).

Apesar de que o Código de Processo Civil de 2015 afirme no seu Artigo 528 §3º, que a prisão civil será de um a três meses, contudo a Lei Especial de Alimentos nº 5.478 de 1968, que prevalece sobre a lei geral, em seu Artigo 19 ressaltar que o prazo de prisão será de no máximo sessenta dias. Portanto, este prazo máximo de prisão será tanto para os alimentos provisionais quanto para os definitivos (GAMA, 2000, p. 36).

Ao fim de sessenta dias de prisão o alimentante deverá ser posto em liberdade, e caso deixar novamente de efetuar o pagamento das prestações alimentícias, será decretado pelo juiz nova ordem de prisão. “O que não pode acontecer é o juiz fixar a prisão por tempo indeterminado, condicionando a liberdade ao pagamento; além do dever de por o alimentante em liberdade [...]” (GAMA, 2000, p. 36). Ao contrário, se tornará uma conduta abusiva e ilegal. Poderá ser feito a renovação da prisão sempre que necessário (GAMA, 2000, p. 36).

Os Artigos 1.566, III e 1.694 do Código Civil de 2002 afirmam que, somente quando há constituída relação de direito familiar, caberá a coerção pessoal, ou seja, a prisão civil (CAHALI, 2013, p. 737).

O pedido de prisão só é reconhecido se for requerido por pessoa legitimada, ou seja, o alimentado ou seu responsável (CAHALI, 2013, p. 740).

O que se pretende com a prisão do devedor de alimentos é obrigá-lo a pagar sua dívida alimentícia e proteger o alimentado (GAMA, 2000, p. 30).

É importante frisar que o decreto de prisão deverá acontecer após a tentativa de todas as formas de adimplemento previstas na lei processual (GAMA, 2000, p. 31).

Até o momento presente neste capítulo do trabalho, foram expostas as formas de execução da obrigação alimentar e os seus ritos para a efetivação do pagamento da obrigação alimentar contra o devedor insolvente, que não cumpre regularmente com suas obrigações.

O próximo item terá a finalidade de analisar como o Tribunal já admitia esta possibilidade de protesto a partir de um estudo do Agravo de Instrumento.

4.2 ANÁLISE DO AGRAVO DE INSTRUMENTO, AUTOS DE N° SC 2013.006797-6 TJSC

É importante destacar que o tema e o presente trabalho começaram a ser desenvolvidos antes do Novo Código de Processo Civil, quando então a matéria não possuía previsão legal específica para protesto de decisão alimentos.

Contudo, decisões como esta funcionaram como embrião da mudança legislativa, que também será analisada após os comentários do julgado.

Será analisado neste item a aplicação prática e o entendimento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina sobre o pedido de inclusão do nome do devedor nos cadastros de restrição ao crédito do Agravo de Instrumento n° 2013.006797-6, da comarca de Fraiburgo (2ª Vara), em que é agravante A. F. dos S.V., rep. pela mãe V. V. dos S., sendo agravado A. R. da V, a Segunda Câmara de Direito Civil decidiu, por unanimidade, conhecer do recurso e dar-

Ihe provimento. Esteve como relator o Desembargador Trindade dos Santos e participaram do julgamento os Desembargadores Monteiro Rocha e João Batista Góes Ulysséa, proferido no dia de 19 de agosto de 2013. A escolha por este Tribunal se deu por ser a decisão mais atual encontrada até o momento do início deste trabalho.

Segue a ementa do agravo de instrumento nº 2013.006797-6:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PEDIDO DE INCLUSÃO DO NOME DO DEVEDOR NOS CADASTROS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. INVIABILIDADE RECONHECIDA. VEDAÇÃO, TODAVIA, INEXISTENTE. TENTATIVAS DE PENHORA 'ON LINE' E BUSCA DE BENS PENHORÁVEIS INFRUTÍFERAS. ART. 732 DO CPC. DÍVIDA LÍQUIDA, CERTA E EXIGÍVEL. POSSIBILIDADE DE PROTESTO DO TÍTULO EXECUTIVO PARA ATINGIR A FINALIDADE ALMEJADA. RECLAMO RECURSAL ACOLHIDO.

1 Ainda que sem previsão legal, não existe vedação à inscrição do devedor de alimentos nos cadastros de restrição ao crédito, sendo a medida mais uma forma de compelir o devedor ao pagamento das parcelas dos alimentos vencidas.

2 Inexistindo bens passíveis de penhora ou valores depositados em instituições financeiras, pode o representante legal do menor, havendo interesse, nas execuções pelo rito do art. 732, do CPC, requerer a emissão de certidão, junto ao juízo responsável pela execução, com os dados necessários ao protesto do título executivo judicial. Assim, basta apresentar a cópia da decisão que fixou os alimentos e a respectiva certidão, acompanhados do cálculo do valor do débito, junto ao cartório competente para o protesto do título.

3 A privacidade do alimentante não é direito fundamental absoluto, curvando-se ao direito do alimentado à uma sobrevivência digna e, pois, à própria vida. (TJSC Agravo de Instrumento n. 2013.006797-6, de Fraiburgo, rel. Des. Trindade dos Santos, j. 15-08-2013).

O Voto do relator discorreu sobre o pagamento da pensão alimentícia, conforme acordo entre as partes, homologado pelo juízo ou decisão em sentença.

O julgado retrata bem aquela situação em que nem sempre o devedor possui bens passíveis à penhora, nem créditos em contas bancárias, causando consequências negativas ao menor alimentando que necessitava de alimentos para sua subsistência, como ocorre neste caso.

Portanto, não há justificativa que impeça o devedor de alimento ter o seu nome incluído nos cadastros restritivos de crédito, como forma de coação para que cumpra a sua obrigação. E só desta forma causará prejuízo na vida econômica e afetará as relações de mercado de consumo do devedor, levando

o devedor a quitar sua dívida para novamente usufruir de seu nome sem restrição de crédito.

Mesmo antes do advento do novo Código de Processo Civil, a Lei nº 9.492/97, em seu Artigo 1º, permite o protesto de título judicial e extrajudicial por ser título líquido, certo e exigível, quando descreve “[...] e outros documentos de dívida [...]”. Por este meio aceita-se o protesto no caso em tela.

Do mesmo modo que cabe o protesto de título extrajudicial, cabe ainda com mais ênfase o protesto de título judicial proferido em ação de alimentos, sendo este indispensável para a manutenção da vida do alimentado. O protesto serve como uma forma de comprovar e conservar direitos do credor, exercendo sua função de ser probatória, conservatória e informativa cambiariformes (LOREIRO, 2014, p. 372). Indispensável nesta análise, por ser tratar da possibilidade de protestar o título executivo judicial da obrigação alimentar, assim como foi aceito.

O processo do caso em análise já completava três anos em andamento e neste tempo não houve qualquer forma de inadimplemento da dívida ou bens passíveis de expropriação, assim sendo integralmente possível o protesto do título, para obter a inscrição do devedor nos cadastros restritivos de créditos.

Haja vista que não é interesse e nem se pode violar os direitos do devedor ao inscrevê-lo nos órgãos de proteção ao crédito, mas sim assegurar que o alimentado não continue a sofrer as consequências negativas do não recebimento das prestações alimentares, que garante assistência para uma vida digna, conforme assegura o princípio da dignidade da pessoa humana.

Por todo o exposto, foi dado provimento ao recurso no presente caso, para o protesto do título judicial com a inscrição do nome do devedor nos cadastros restritivos de crédito, após a atualização da dívida devida.

Com advento do Novo Código de Processo Civil de 2015, a execução da prestação alimentar modificou-se em alguns pontos, principalmente se tratando das medidas coercitivas referente ao alimentante que não honra com sua dívida alimentícia.

Referente este presente trabalho, ressalta-se principalmente a possibilidade de protesto da decisão judicial, como prevê o Artigo 528 e seus parágrafos do Código de Processo Civil de 2015.

Art. 528. No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o juiz, a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em 3 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo.

§ 1º Caso o executado, no prazo referido no caput, não efetue o pagamento, não prove que o efetuou ou não apresente justificativa da impossibilidade de efetuar-lo, o juiz mandará protestar o pronunciamento judicial, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 517.

[...]

§ 3º Se o executado não pagar ou se a justificativa apresentada não for aceita, o juiz, além de mandar protestar o pronunciamento judicial na forma do § 1º, decretar-lhe-á a prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses. [...] (BRASIL, 2015-D).

Como descrito no Artigo supracitado, acrescentou-se o §1 e §3 que garante a possibilidade do protesto do pronunciamento judicial, sendo que intimado o devedor para em três dias efetuar o pagamento ou fazer a justificativa, e não o fazendo, o juiz a pedido do credor ou de ofício mandará à protesto a decisão judicial concomitante com a ordem de prisão.

É importante mencionar, conforme §1º do Artigo 528 do Código de Processo Civil, que não compete ao Tabelião avaliar as justificativas apresentadas sobre o não pagamento da dívida alimentar, pois este exercício é designado somente ao Juiz (BRASIL, 2015-D).

A inclusão do nome do devedor nos cadastros restritivos de crédito surge como mais uma forma de segurança jurídica para contribuir na eficácia do cumprimento da prestação alimentar (NOGUEIRA, 2015, p. 3).

O protesto entra em vigor para garantir a celeridade processual, pois assim torna o processo mais ágil e eficaz, como rege o princípio da celeridade. Em virtude de que com o nome inscrito nos cadastros restritivos de crédito, o devedor é diretamente atingido, bloqueando suas transações empresariais e comerciais, tornando-se inadimplente (LOUREIRO, 2014, p. 375).

O protesto é previsto expressamente no Novo Código de Processo Civil, para o cumprimento de sentença de título judicial quanto do título extrajudicial, nos Artigos 517 e 771 respectivamente.

Art. 517. A decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário previsto no art. 523.

§ 1º Para efetivar o protesto, incumbe ao exequente apresentar certidão de teor da decisão.

§ 2º A certidão de teor da decisão deverá ser fornecida no prazo de 3 (três) dias e indicará o nome e a qualificação do exequente e do executado, o número do processo, o valor da dívida e a data de decurso do prazo para pagamento voluntário.

§ 3º O executado que tiver proposto ação rescisória para impugnar a decisão exequenda pode requerer, a suas expensas e sob sua responsabilidade, a anotação da propositura da ação à margem do título protestado.

§ 4º A requerimento do executado, o protesto será cancelado por determinação do juiz, mediante ofício a ser expedido ao cartório, no prazo de 3 (três) dias, contado da data de protocolo do requerimento, desde que comprovada a satisfação integral da obrigação (BRASIL, 2015-D).

Art. 771. Este Livro regula o procedimento da execução fundada em título extrajudicial, e suas disposições aplicam-se, também, no que couber, aos procedimentos especiais de execução, aos atos executivos realizados no procedimento de cumprimento de sentença, bem como aos efeitos de atos ou fatos processuais a que a lei atribuir força executiva.

Parágrafo único. Aplicam-se subsidiariamente à execução as disposições do Livro I da Parte Especial (BRASIL, 2015-D).

O Artigo 517 do Código de Processo Civil, que é a regra geral, discorre que o credor poderá requerer o protesto, diferente do Artigo 528 §1º onde prevê que mesmo o credor não requerendo, o juiz de ofício mandará à protesto o pronunciamento judicial, não atribuindo a escolha do credor querer ou não (BRASIL, 2015-D).

Nota-se que no Artigo 517 do Código de Processo Civil, a decisão para ser protestada tem que ser transitada em julgado, de modo diferente, o Artigo 528 do mesmo Código supracitado, menciona que com o cumprimento de sentença ou de uma decisão interlocutória que fixe os alimentos provisoriamente, já cabe o protesto (NOGUEIRA, 2015, p. 3).

Vale ressaltar que não é atípico o executado fugir para não ser preso, contudo, com o título protestado ele poderá sofrer consequências negativas em suas negociações comerciais e empresariais (NOGUEIRA, 2015, p. 3). Portanto, mesmo que fuja da prisão não poderá fugir de ter seu nome inscrito nos cadastros de inadimplentes.

É importante frisar que, a jurisprudência já acolhia em alguns casos o pedido de protesto de decisão judicial, conforme o fundamento da Lei 9.492/97 no seu Artigo 1º, quando citava “[...] outros documentos de dívida [...]”. (BRASIL, 1997-C). Com a redação do novo Código de Processo Civil, cabe claramente o protesto em caso de dívida alimentar.

O protesto serve como segurança aos interessados de que o indivíduo está inadimplente (MAIA, 2015, p. 9).

Ao ter o nome inscrito nos cadastros restritivos de crédito, o devedor passa a sofrer restrições ao necessitar de crédito no comércio, para abertura de créditos bancários, assim como cartões de créditos, retirar talões de cheque e registrar uma empresa (FERREIRA, 2014, p. 25). Ainda não poderá fazer prestações e financiamentos, embaraçando a vida financeira e econômica do devedor (MAIA, 2015, p. 11). Desta forma o credor se beneficia, pois o devedor será coagido a liquidar com a dívida para poder novamente estar adimplente e assim exercer suas negociações comerciais e empresariais.

Além do mais, o protesto interrompe a prescrição da dívida e garante o direito de regresso contra o devedor (MAIA, 2015, p. 9).

Nem sempre se obtém sucesso nas formas já existentes de adimplemento da dívida alimentar. Na forma de execução pelo rito da prisão civil, por vezes o devedor se esconde, impossibilitando o cumprimento da ordem de prisão. Pelo rito da expropriação, nem sempre há bens passíveis de penhora. Quando o devedor não tem registro em carteira de trabalho, não é possível desconto em folha de pagamento (FERREIRA, 2014, p. 25).

Perante tantas consequências pessoais, trazidas pela restrição do seu nome, o devedor sentirá a necessidade de resolver o quanto antes sua pendência alimentícia, (MAIA, 2015, p. 12).

Portanto, a via de inscrição do devedor nos cadastros restritivos de crédito serve como uma forma imprescindível de coagir o devedor, acelerando o tempo de quitação da dívida, pois com as restrições sofridas pela falta de crédito facilita o acordo entre as partes (FERREIRA, 2014, p. 25).

O devedor será citado por meio de uma notificação, avisando que a dívida está em protesto, para em três dias efetuar o pagamento, não ocorrendo, o protesto é incluído nos cadastros de restrição de crédito (MAIA, 2015, p. 10).

Ao ter o nome inscrito nos cadastros restritivos de crédito, tornando sua dívida pública, dificulta que os estabelecimentos e/ou instituições confiem que o devedor irá cumprir com as próximas dívidas contratadas (MAIA, 2015, p. 10).

Mesmo os devedores que desviam de todas as formas para não serem presos, com o protesto da dívida não terão como fugir da obrigação (Maia, 2015, p. 10).

O princípio da celeridade por vezes não é alcançado, pois muitos indivíduos desviam-se das intimações do processo de execução, ou seja, fogem, ocasionando a lentidão no andamento processual. Neste viés, a inclusão do devedor nos cadastros restritivos de crédito, não o permite continuar neutro frente sua obrigação, e agilizará o cumprimento da execução (MAIA, 2015, p. 8).

Vale ressaltar que referente ao direito à intimidade, o Artigo 5º, inciso X da Constituição Federal da República de 1988, prevê que:

Art. 5. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos seguintes:

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação (BRASIL, 1988-A).

Assegurando assim que, nos cadastros restritivos de crédito, as informações contidas, serão apenas da existência de uma ação de execução em andamento, e informações sobre valores da dívida, resguardando o nome das partes e outras informações do processo (FERREIRA, 2014, p. 23-24).

O Artigo 43 em seu §1º do Código de Defesa do Consumidor, prescreve que:

Art. 43. O consumidor, sem prejuízo do disposto no Art. 86, terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre suas respectivas fontes.

§1º Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos (BRASIL, 1990-E).

Como descrito no artigo supracitado, as informações contidas nos cadastros restritivos de crédito sobre o devedor deverão ser claras e objetivas, sendo proibido a exposição do devedor de outras informações referente a

família e a intimidade, assegurado pelo princípio da intimidade (FERREIRA, 2014, p. 23-24).

Os processos referentes à dívida alimentar tramitam em segredo de justiça, assim, as partes tem sua intimidade protegida. O acesso ao processo se dá somente pelas partes e seus procuradores (FERREIRA, 2014, p. 23-24).

Portanto, pela análise do acórdão estudado, os julgadores aplicaram o protesto devido ter transcorrido três anos sem o devedor ter adimplido com sua dívida alimentar, e não ter bens passíveis de penhora. Assim, a consequência para este réu foi a procedência do Tribunal admitir o protesto de seu nome nos cadastros restritivos de crédito, contudo, o devedor terá seus direitos à intimidade assegurado e preservado.

Assim, diante do que foi analisado, pode-se afirmar que a inclusão do nome do devedor de alimentos nos cadastros restritivos de crédito é claramente uma maneira de coagir o devedor de forma eficaz para o adimplemento de sua dívida, tanto na via coercitiva quanto na via expropriatória, e não irá ferir ao direito a intimidade e a garantia ao segredo de justiça.

5 CONCLUSÃO

Observou-se com este estudo que o alimento é muito importante para a subsistência de quem o necessita, não considerado somente por alimento em si, mas também vestuário, lazer, saúde, educação e tudo o mais que for necessário para garantir a manutenção do indivíduo.

O protesto serve para comprovar o inadimplemento do devedor, ato oficial por qual se prova o não pagamento da dívida. Por ser ato público, a publicidade da dívida faz com que as relações de negócios estejam protegidas.

Ao mesmo tempo, o Código de Defesa do Consumidor garante que o devedor não terá sua intimidade revelada, será publicada somente a existência de uma execução em curso, nenhuma outra informação particular. Por este meio, as implicações da publicidade do protesto aceleram o adimplemento da dívida pelo devedor.

Para ser objeto de protesto o documento deve comprovar dívida certa, líquida e exigível. Sendo assim, decisões transitadas em julgado ou interlocutórias de dívida alimentar são passíveis de protesto.

Com o advento do Novo Código de Processo Civil de 2015, uma nova forma para ajudar a proteger o direito da obrigação alimentar foi estabelecida: a inclusão do nome do devedor de alimentos nos cadastros restritivo de crédito através do protesto.

Neste viés, a inclusão creditícia surge como mais uma forma de segurança jurídica, garantindo que o andamento processual seja célere e eficaz.

Durante a realização desta pesquisa algumas dificuldades foram encontradas. Com a transição do Código de Processo Civil da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, para a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, foi necessário constante atenção por parte da pesquisadora para verificar a relação entre o Novo Código e o que os Doutrinadores apresentavam, devido a falta de material atualizado.

Outra dificuldade foi a pouca quantidade de jurisprudência a favor da inclusão do devedor nos cadastros restritivos de crédito por dívida alimentar, alegando que atingiria o direito a intimidade do devedor e que não se tratava de um título executivo protestável. Contudo, pode-se perceber com este estudo

que de fato o presente tema já tinha respaldo Doutrinário anterior ao Novo Código de Processo Civil, e agora, com as mudanças trazidas pelo mesmo, fica concreto o direito do credor.

Com o vigor desta Lei, fica demonstrado a importância que esse assunto tem no Direito, assim como para a sociedade em geral. Visto que este tema é muito recorrente nos tribunais, afirmar-se a importância deste para o meio acadêmico, para que possam atualizar-se.

Espera-se que a discussão sobre este tema possa conscientizar e de fato diminuir as inadimplências e as demandas judiciais.

Assim, vale ressaltar que existe espaço para abordar o presente assunto sob outros aspectos e de forma mais detalhada, como por exemplo, pelo viés do Direito do consumidor, e ainda de analisar outros casos jurisprudenciais, tanto os que foram procedentes e improcedentes.

Portanto, conclui-se ao fim deste trabalho, que todos os objetivos inicialmente propostos foram atingidos, e que a inscrição do devedor nos cadastros restritivos de crédito é viável e dará maior respaldo às tutelas que visam assegurar o direito do alimentado.

REFERÊNCIAS

ALDROVANDI, Andréia; FRANÇA, Danielle Galvão. **Os alimentos no novo Código Civil**. Rio de Janeiro: Editora Temas e Idéias, 2004.

ALMEIDA, Armador Paes de. **Curso de falência e recuperação de empresa**: de acordo com a lei nº 11.101/2005. 22. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005.

ASSIS, Araken de. **Da execução de alimentos e prisão do devedor**. 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. A Boa-fé e o Controle das Cláusulas Contratuais Abusivas nas Relações de Consumo. In: BENJAMIN, Antonio Herman de V. **Revista de Direito do Consumidor**, vol. 6, São Paulo: RT, 1993.

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BERTONCINI, Mateus Eduardo Siqueira Nunes. **Princípios de Direito Administrativo Brasileiro**. 1ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 out.2015-A.

BRASIL. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 10 out.2015-B.

BRASIL. Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997. **Lei de Protestos**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L9492.htm>>. Acesso em: 10 out. 2015-C.

BRASIL. Lei nº **Código de Processo Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>Acesso em: 20 mar. 2016-D.

BRASIL. Lei nº **Código de Defesa do Consumidor**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>Acesso em: 20 mar. 2016-E.

BRASIL. Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973. **Código de Processo Civil**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm>. Acesso em: 10 out. 2015.

BRASIL. Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968. **Lei de Alimentos**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5478.htm > Acesso em: 24 abr.2016.

CAHALI, Yussef Said. **Dos Alimentos**. 4ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

_____. **Dos alimentos**. 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

_____. **Dos Alimentos**. 8ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

CAHALI, Francisco José; PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Alimentos no Código Civil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

COELHO, Fabio Ulhoa. **Curso de Direito Civil, família, sucessões**. 4ª ed. rev. atual. vol 5. São Paulo: Saraiva, 2011.

COSTA, Wille Duarte. **Título de crédito**. 3. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 9ª. ed. rev., ampl. São Paulo: Editora Revistas Dos Tribunais, 2013.

DIAS, Maria Berenice; LARRATÉA, Roberta Vieira. **O Cumprimento da Sentença e a Execução De Alimentos**. 2010. Disponível em: <http://mariaberenice.com.br/uploads/33_-_o_cumprimento_da_senten%E7a_e_a_execu%E7%E3o_de_alimentos.pdf>. Acesso em: 26 de mai.2016.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 14ª ed. vol. 5. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. **Código Civil Anotado**. São Paulo: Saraiva, 2002;

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Direito das famílias**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2010.

FERREIRA, Gustavo Lana; Aline Reiter de Araujo. **Negativação do crédito do devedor de alimentos**. Revista eletrônica de Ciência Jurídica 1.2, 2014. (Convertido em PDF). Disponível em: < <http://fadipa.educacao.ws/ojs-2.3.3-3/index.php/cjuridicas/article/view/44> >. Acesso em: 01 de mai. 2016.

_____. **Direito das famílias**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Juspodivm, 2014.

GAMA, Ricardo Rodrigues. **Alimentos**. 1ª ed. São Paulo: Bookseller, 2000.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: direito de família- as famílias em perspectiva constitucional**. 3ª ed. rev. atual. e ampl. vol 6. São Paulo: Saraiva, 2013.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**: Direito de família. 1ª ed. vol. 5. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. **Direito Civil Brasileiro**: Direito de família. 6ª ed. vol. 6 São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. **Direito de Família**: De acordo com o novo Código Civil. 10ª ed. Atual. vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2005.

GOMES, Orlando. **Direito Civil**: Direito de Família. 14ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2001.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. **Teoria processual da Constituição**. São Paulo: Celso Bastos Editor, 2002.

HORLLE, Juliana Pereira. **Comentários à lei de protesto**: lei nº 9.492, de 10.09.1997. Brasília: Thesaurus, 2008.

LOUREIRO, Luiz Guilherme. **Registros públicos**: teoria e prática. 5ª ed. rev., atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2014 (convertido em PDF).

MADALENO, Rolf Hanssen. **Direito de Família em Pauta**. Livraria do Advogado, Porto Alegre, 2004.

MAGALHÃES, Carolina da Cunha Pereira França. **Inscrição do devedor de alimentos nos cadastros de proteção ao crédito**. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=654>>. Acesso em: 08 nov. 2014.

MAIA, Ana Carolina Abrantes Nascimento Verdini. **A eficácia do Protesto ao Adimplemento da Dívida Alimentar**. Rio De Janeiro, (convertido em PDF)

Disponível em:

<http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/1semestre2015/trabalhos_12015/AnaCarolinaMaia.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2015.

MARTINS, Fran. **Títulos de Crédito**- Rio de Janeiro: Forense, 2013. 1ed. Sob título “letra de câmbio e nota promissória”.

MILANI, Imaculada Abenante, **Alimentos**: O direito de exigir e o dever de prestar. Juarez de Oliveira, 2005.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 15ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2004.

MOURA, Alkimar R. Cartório de Protesto: uma análise dos aspectos jurídicos e

econômicos. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

NEGREIROS, Teresa. **Fundamentos para uma interpretação constitucional do princípio da boa-fé**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

NOGUEIRA, Luiz Fernando Valladão. **A execução de alimentos no novo Código de Processo Civil**. Belo Horizonte: 2015. Disponível em: <http://valladao.com.br/?publicacoes=a-execucao-de-alimentos-no-novo-codigo-de-processo-civil> acesso em: 01 de mai. de 2016. (Convertido em PDF).

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto, **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana**: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Saraiva, 2002.

OLIVEIRA, Jorge Alcibíades Perrone de. **Títulos de créditos**: doutrina e jurisprudência. 2ª ed, ver. e ampl. vol 1. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

PARIZATTO, João Roberto. **Protesto de títulos de crédito**. 5. ed. São Paulo: Edipa, 2010.

PALERMO, Carlos Eduardo de Castro. Considerações sobre o protesto extrajudicial de dívidas alimentícias. **Revista Síntese – Direito de Família** 65. abril/maio 2011.

PEREIRA, Áurea Pimentel. **Alimentos no direito de família e no direito dos companheiros**: à luz do novo CC. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

PINHEIRO, Hélia Márcia Gomes. **Aspectos atuais do protesto cambial**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

PINHO, Themistocles; VAZ, Ubirayr Ferreira. **Protesto de títulos e outros documentos de dívida**: princípios, fundamentos e execução. Rio de Janeiro: F. Bastos, 2007.

PORTO, Sérgio Roberto. **Doutrina e Prática dos Alimentos**. 3ª ed. Editora Revista dos Tribunais, 2003.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**. 28ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

ROSA JUNIOR, Luiz Emygdio Franco da. **Títulos de créditos**. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2000.

ROSENVALD, Nelson. **Dignidade humana e boa-fé no Código Civil**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de Família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

_____. **Direito de Família**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

SARQUIZ, Mara Rozane. **O protesto cambial**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1994.

TJSC. **Agravo de instrumento nº 2013.006797-6**. Relator: Desembargador Trindade dos Santos. Santa Catarina, 19 de agosto de 2013. Disponível em: <http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only_ementa=&frase=&id=AAAbmQAACAAD4e0AAA&categoria=acordao>. Acesso em: 10 de out. de 2015.

TJSC. **Agravo de instrumento nº 2007.023428-6**. Relator: Desembargador Henry Petry Junior. Santa Catarina, 29 de janeiro de 2009. Disponível em: <<http://tjsc6.tj.sc.gov.br/cposg/pcpoResultadoConsProcesso2Grau.jsp#>>>. Acesso em: 12 out. 2015.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

SUNDFELD, Carlos Ari. **Licitação e Contrato Administrativo**. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

THEODORO JR., Humberto. **Curso de direito processual civil**: Processo de Execução e cumprimento da sentença, processo cautelar e tutela de urgência, 41ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Direito de Família**. vol. 6. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

_____. **Direito Civil: Direito de Família**. Vol. 9. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

VIANA, Marco Aurélio S. **Alimentos**, Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

WALD, Arnoldo. **O Novo Código de Família**. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. **O novo direito de família**. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

WELTER, Belmiro Pedro. **Alimentos no Código Civil**. Síntese, 2003.

ANEXO

Agravo de Instrumento n. 2013.006797-6, de Fraiburgo
Relator: Des. Trindade dos Santos

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PEDIDO DE INCLUSÃO DO NOME DO DEVEDOR NOS CADASTROS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. INVIABILIDADE RECONHECIDA. VEDAÇÃO, TODAVIA, INEXISTENTE. TENTATIVAS DE PENHORA 'ON LINE' E BUSCA DE BENS PENHORÁVEIS INFRUTÍFERAS. ART. 732 DO CPC. DÍVIDA LÍQUIDA, CERTA E EXIGÍVEL. POSSIBILIDADE DE PROTESTO DO TÍTULO EXECUTIVO PARA ATINGIR A FINALIDADE ALMEJADA. RECLAMO RECURSAL ACOLHIDO.

1 Ainda que sem previsão legal, não existe vedação à inscrição do devedor de alimentos nos cadastros de restrição ao crédito, sendo a medida mais uma forma de compelir o devedor ao pagamento das parcelas dos alimentos vencidas.

2 Inexistindo bens passíveis de penhora ou valores depositados em instituições financeiras, pode o representante legal do menor, havendo interesse, nas execuções pelo rito do art. 732, do CPC, requerer a emissão de certidão, junto ao juízo responsável pela execução, com os dados necessários ao protesto do título executivo judicial. Assim, basta apresentar a cópia da decisão que fixou os alimentos e a respectiva certidão, acompanhados do cálculo do valor do débito, junto ao cartório competente para o protesto do título.

3 A privacidade do alimentante não é direito fundamental absoluto, curvando-se ao direito do alimentado à uma sobrevivência digna e, pois, à própria vida.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n. 2013.006797-6, da comarca de Fraiburgo (2ª Vara), em que é agravante A. F. dos S.

V., rep. pela mãe V. V. dos S., sendo agravado A. R. da V.:

A Segunda Câmara de Direito Civil decidiu, por unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento.

Participaram do julgamento, realizado no dia 15 de agosto de 2013, os Exmos. Srs. Des. Monteiro Rocha e João Batista Góes Ulysséa.

Emitiu parecer pela douta Procuradoria-Geral de Justiça o Exmo. Sr. Dr. Tycho Brahe Fernandes.

Florianópolis, 19 de agosto de 2013.

Trindade dos Santos
PRESIDENTE E RELATOR

RELATÓRIO

Inconformado com a decisão que, nos autos da ação de execução de alimentos por si proposta contra A. R. da V., indeferiu o pedido de inclusão do nome do devedor de alimentos junto aos órgãos de proteção ao crédito, interpôs A. F. dos S. V., representado por sua mãe V. V. dos S., recurso de agravo de instrumento.

Sustentou que muito embora os órgãos de proteção ao crédito não estejam a serviço do Poder Judiciário a função deles é a de proteger a sociedade dos inadimplentes sendo, pois, plenamente cabível a inscrição do nome do devedor alimentício nos cadastros, visto que tal medida visa somente tornar disponível aos setores comerciais a existência de dívidas não quitadas pelo agravado.

Disse que há quase três anos não recebe as prestações alimentares e, mesmo que possua um título executivo judicial, não teve êxito em ver garantido o seu direito, constituindo o pedido de negativação do nome do alimentante medida importante para induzir ao pagamento da pensão.

Asseverou que o pedido não implicaria na divulgação de dados processuais, posto que, inseridas sucintamente, informariam apenas a existência da ação de execução.

Requeru, então, o provimento do recurso para, reformando a decisão guerreada, determinar o encaminhamento de ofício ao SPC e à SERASA para inscrição do nome do devedor ou, alternativamente, a concessão para que possa fazê-la, bem como o deferimento das benesses da gratuidade judiciária.

Pela decisão de fls. 78 restou negado o efeito suspensivo.

O agravado não foi intimado, diante da devolução da correspondência (fl. 83).

A douta Procuradoria-Geral de Justiça manifestou-se pelo não conhecimento do reclamo, ao argumento de que não há procuração do agravado e por ser deserto o recurso. Em caso de conhecimento do reclamo, pronunciou-se pelo seu desprovimento.

VOTO

Inicialmente, concedo ao agravante os benefícios da gratuidade judiciária para que, nesta instância, fique isento do preparo recursal, uma vez que trata a demanda sobre direito indisponível de menor e há nos autos declaração de hipossuficiência (fl. 16) em consonância com o disposto no art. 4º da Lei n. 1060/50.

Ainda, consigne-se não prejudicar o exame do recurso em tela a ausência de procuração do patrono do agravado, vez que em consulta junto ao Sistema de Automação do Judiciário, verifiquei não haver, nos autos principais, procuração em favor de advogado outorgada pelo recorrido, de modo que esta peça, necessária ao conhecimento do reclamo, se faz despicienda, na espécie.

A propósito:

[...] Se a circunstância do processo aponta para a certeza de inexistência de procuração ao advogado do agravado, porquanto este ainda não foi citado, desnecessária a exigência de juntada da peça, que inexistente, ou mesmo de certidão do cartório que venha atestar o que já se concluiu certo (STJ, Resp. n. 542.392. rela. Mina. Nancy Andrichi, j. 20-11-2003).

Dessa forma, preenchendo o recurso os pressupostos do art. 525 do CPC, há de ser conhecido.

Nestes autos recursais, inflete o agravante contra a decisão que, nos autos da ação de execução de alimentos por si proposta contra A. R. da V., indeferiu

o pedido de negativação do nome do agravado junto aos órgãos de proteção ao crédito.

Com efeito, antes da análise do mérito recursal, de mister tecer algumas considerações sobre o tema.

Como é sabido, o pagamento da pensão alimentícia deve ser feito pelo alimentante de forma voluntária, em conformidade com o que fora convencionado pelos contendores ou nos termos fixados sentencialmente. Assim não ocorrendo, é possível descontar os alimentos diretamente em folha ou sobre prestações de alugueres de prédios ou outros rendimentos do devedor, nos termos do art. 17, da Lei n. 5.478/68.

Frustrado o recebimento por meio dessas vias, poderá o credor, ainda, requerer a execução da sentença nos termos dos arts. 732, 733 e 735 do Código de Processo Civil, havendo a possibilidade de recuperação dos débitos alimentícios através de pedido de prisão civil do devedor, quando o débito se referir às últimas três parcelas vencidas (art. 733, CPC), ou, ainda, pela expropriação de bens, quando a dívida for anterior àquelas (art. 732, CPC).

Entretanto, em alguns casos, a modalidade de execução por expropriação de bens não tem obtido a eficácia esperada, posto que os devedores de alimentos, por vezes, não possuem créditos depositados em instituições financeiras ou, ainda, bens passíveis de penhora, prejudicando sobremaneira a qualidade de vida do menor alimentando, que contava com aquele auxílio financeiro para prover suas necessidades vitais. *Â— como ocorre in casu.*

Nesse cenário, diante da necessidade de uma medida coercitiva que provoque o devedor de alimentos a efetuar o pagamento da dívida, algumas Câmaras do Tribunal de Justiça de São Paulo passaram a deferir a inserção do

nome do devedor nos cadastros restritivos de crédito, destacando-se os seguintes precedentes:

Agravo de Instrumento - Execução de alimentos pelo art. 732 do CPC - Indeferimento da inscrição do nome do devedor de alimentos nos órgãos de cadastros de inadimplentes - Decisão que deve ser revogada - Tentativas de penhora *on line* e busca de bens penhoráveis infrutíferas - Razoabilidade do pedido, pois é uma medida coercitiva para evitar a inadimplência - Necessária efetividade da prestação jurisdicional - Expedição de ofícios pela primeira instância – Recurso provido, por maioria (AI n. 0226743-83.2011.8.26.0000, de Garça, 8ª Câmara. Dto. Priv., rel. Des. Ribeiro da Silva, j. 11-4-2012).

Agravo de instrumento. Execução de alimentos. - Agravante requereu a expedição de ofícios ao SPC e ao SERASA para inscrição do alimentante em seus cadastros. Admissibilidade. O ordenamento jurídico confere ao magistrado poderes para adotar medidas coercitivas atípicas, adequadas ao caso concreto, com o objetivo de garantir a efetiva e célere satisfação do credor. Por conseguinte, não obstante a execução de alimentos ter procedimento próprio, o pleiteado pelo menor é também um meio coercitivo admitido [...] (AI n. 0285338-75.2011.8.26.0000, 4ª Câmara. Dto. Priv., rel. Des. Natan Zelinski de Arruda, j. 15-3-2012).

AGRAVO REGIMENTAL - ALIMENTOS - EXECUÇÃO - Pretensão do exequente de inscrever o nome do devedor contumaz de alimentos nos cadastros do SERASA e SCPC - Negativa de seguimento por manifesta improcedência - Impossibilidade - Medida que se apresenta como mais uma forma de coerção sobre o executado, para que este cumpra sua obrigação alimentar - Inexistência de óbices legais - Possibilidade de determinação judicial da medida - Inexistência de violação ao segredo de justiça, uma vez que as informações que constarão daqueles bancos de dados devem ser sucintas, dando conta apenas da existência de uma execução em curso - Privacidade do alimentante que, ademais, não é direito fundamental absoluto, podendo ser mitigada em face do direito do alimentado à sobrevivência com dignidade - Ausência de violação ao artigo 43 do CDC, uma vez que tal artigo não faz qualquer restrição à natureza dos débitos a serem inscritos naqueles cadastros - Cadastros que, ademais, já se utilizam de informações oriundas de distribuidores judiciais para inscrição de devedores com execuções em andamento, execuções estas não limitadas às relações de consumo - Argumento de que o executado terá dificuldades de inserção no mercado de trabalho que se mostra fragilizado, ante a possibilidade de inscrição de outros débitos de natureza diversa [...] Recurso Provido (Ag. Reg. n. 0074378-78.2010.8.26.0000, 3ª Câmara. Dto. Priv., rel. Des. Adilson de Andrade, j. 17-8-2010).

Como bem observam os julgados, o pedido de inserção do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes, embora sem previsão legal, não é vedado pelo ordenamento jurídico vigente, cabendo ao magistrado, na execução da sentença, tomar todas as medidas necessárias ao cumprimento do julgado ou do acordo (art. 19, da Lei de Alimentos).

Nesse diapasão, conclui-se não haver qualquer óbice à inclusão do nome do devedor nos órgãos restritivos de crédito, sendo a medida mais uma forma de coagir o devedor a cumprir a obrigação assumida.

Todavia, ao contrário do Tribunal de Justiça de São Paulo, esta Corte não possui convênio com os órgãos arquivistas, inviabilizando o acolhimento do pedido de encaminhamento de ofício para a inscrição do nome do agravado nos termos propostos.

É que, como se sabe, a SERASA e o SPC são empresas privadas que, cobrando pelos serviços, mantêm em seus bancos de dados os cadastros de consumidores inadimplentes. Não obstante, é fato que, ainda que privadas, tais entidades exercem serviço público, interessando a toda a sociedade manter nos cadastros os nomes das pessoas que não honram com o pagamento de suas dívidas.

Considerando isso, editou o Tribunal de Justiça de Goiás o Provimento n. 8/2009, de 3-6-2009, acrescentando à Consolidação dos Atos Normativos da Corregedoria o seguinte texto:

Art. 695a - Havendo sentença transitada em julgado relativa a obrigação alimentar, poderá ser expedida, a requerimento do credor, certidão da existência da dívida, para apresentar no Tabelionato de Protesto de Títulos.

Art. 695b - A certidão da dívida será fornecida pela escrivania onde tramita o processo respectivo, contendo os nomes do credor e do devedor, o número do processo, o valor líquido e certo da dívida e a data do trânsito em julgado da sentença.

Parágrafo único - A certidão será levada a protesto sob a responsabilidade do credor.

Reconhecendo a legalidade do provimento, afirmou o Conselho Nacional de Justiça:

PROTESTO EXTRAJUDICIAL. SENTENÇA JUDICIAL PROFERIDA EM AÇÃO DE ALIMENTOS. CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS. LEGALIDADE DO ATO.

Inexiste na legislação brasileira qualquer dispositivo legal ou regra proibitiva ou excepcionadora do protesto de sentença transitada em julgado em ação de alimentos. Com a edição da lei 9.492/97 ampliou-se a possibilidade do protesto de títulos judiciais e extrajudiciais. Reconhecimento da legalidade do ato normativo expedido pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Goiás (PP n. 2009.10.000041784, rela. Conselheira Morgana de Almeida Richa, j. 15-12-2009, grifo nosso).

Com a edição da Lei n. 9.492/97 atribuiu-se um novo conceito ao protesto, definindo-o como "ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida" (art. 1º). Nessa concepção, constata-se ser possível o

protesto de títulos judiciais e extrajudiciais, admitindo-se-o na espécie em comento.

Comentando a respeito do tema, assevera Yussef Said Cahali:

A jurisprudência vinha sistematicamente indeferindo pedido de inclusão do nome do devedor em cadastro de inadimplentes, considerando que o órgão de proteção ao crédito tem por objetivo a ordenação e o fomento da responsabilidade nos negócios, refugindo desse âmbito a dívida de alimentos.

[...] Tão coercitiva quanto a própria prisão civil, o devedor tem de ser constrangido ao pagamento do débito. Caminha-se para o protesto do débito alimentar, que nada tem de ilegal. Em Pernambuco, objeto do Provimento 3/2008, do Tribunal de Justiça daquele Estado. Até porque, se qualquer execução aparelhada pode gerar providência dessa ordem. Às execuções, em São Paulo, são comunicadas *on line* à Serasa e devidamente anotadas, há convênio com o Tribunal de Justiça para tanto. Se uma cambial pode ser protestada (e se trata de simples *título executivo extrajudicial*), por maior força de compreensão uma execução judicial fundada em sentença também poderá. E, protestada, negativação automaticamente ocorrerá, os cartórios de Protestos igualmente conectados *on line* à Serasa. Há inclusive legislação a respeito, art. 29, § 2º, da Lei 9.492/1997 (*Dos alimentos*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 729 e 730, grifo nosso).

Ressalta, por seu turno, Maria Berenice Dias:

[...] mesmo sem qualquer provimento regimental, nada impede que a parte encaminhe o pedido a protesto. Afinal, é titular de um crédito certo e líquido. Basta apresentar cópia da decisão que fixou os alimentos e da execução, acompanhados do cálculo do valor do débito. Indispensável é autorizar que a dívida seja inscrita nos serviços de proteção ao crédito (*Manual de direito das famílias*. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 574, grifo nosso).

À luz das transcrições e ensinamentos acima, conclui-se que assim como é possível o protesto de títulos extrajudiciais, com mais razão o protesto de sentenças judiciais proferidas em ação de alimentos, visto serem estes primordiais à própria sobrevivência do menor que, por si só, não é capaz de prover a sua manutenção.

É certo que a sentença condenatória/homologatória de alimentos demonstra a existência de uma obrigação alimentar. Todavia, mesmo que a decisão comprove a obrigação do alimentante, somente com o protesto do título o devedor terá seu nome cadastrado nos órgãos de proteção ao crédito, causando efeito negativo em sua vida, coagindo-o automaticamente ao pagamento do débito.

A respeito, manifestou-se o Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL. PROTESTO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA, TRANSITADA EM JULGADO. POSSIBILIDADE. EXIGÊNCIA DE QUE REPRESENTA OBRIGAÇÃO PECUNIÁRIA LÍQUIDA, CERTA E EXIGÍVEL.

1. O protesto comprova o inadimplemento. Funciona, por isso, como poderoso instrumento a serviço do credor, pois alerta o devedor para cumprir sua obrigação.

2. O protesto é devido sempre que a obrigação estampada no título é líquida, certa e exigível.
3. Sentença condenatória transitada em julgado, é título representativo de dívida - tanto quanto qualquer título de crédito.
4. É possível o protesto da sentença condenatória, transitada em julgado, que represente obrigação pecuniária líquida, certa e exigível.
5. Quem não cumpre espontaneamente a decisão judicial não pode reclamar porque a respectiva sentença foi levada a protesto (REsp n. 750.805/RS, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j. 14-2-2008, grifo nosso).

E no voto expôs o eminente relator:

Não há dúvida de que a sentença condenatória transitada em julgado é documento de dívida. Representa, sem possibilidade de discussão, uma obrigação imposta ao réu que deverá ser cumprida. Se aos títulos de crédito, documentos particulares produzidos sem a chancela do Estado, oferece-se o protesto como forma de colocar o devedor em mora, não há porque não admiti-lo em relação à sentença judicial transitada em julgado.

É certo que a sentença não precisa da publicidade nem da prova inequívoca do inadimplemento, que são, em última análise, o escopo do protesto. A publicidade é inerente aos atos judiciais e a prova do inadimplemento vem de simples certidão do juízo, informando a propositura da ação de execução.

Contudo, além desses escopos, o protesto causa efeito negativo na vida do devedor recalcitrante. A publicidade específica, que causa a restrição ao crédito, leva o devedor a adimplir sua obrigação, tão logo quanto possível, para livrar-se da restrição creditícia.

É inegável que essa finalidade do protesto de título judicial - em nada condenável, já que a grande pretensão das últimas reformas legislativas foi dar efetividade ao cumprimento das decisões judiciais - torna-o legítimo instrumento de amparo aos interesses do credor e, ao fim e cabo, do próprio Estado. Quantos mais meios existirem para satisfação das obrigações estampadas em títulos judiciais, maior será a obediência às ordens do Poder Judiciário.

Hoje, o devedor condenado por sentença judicial transitada em julgado protela o quanto quer o moribundo processo de execução. Não sofre nada por isso e ainda aúfere vantagem, fazendo do Judiciário mero balcão de rolagem de dívidas. Com a permissão do protesto das sentenças condenatórias, representativas de obrigação pecuniária líquida, certa e exigível, transitadas em julgado, o réu/devedor sofrerá sério abalo em seu crédito. Diante desse fato, só deixará de cumprir a obrigação se efetivamente não possuir meios de fazê-lo.

A sentença condenatória transitada em julgado não pode valer menos que títulos de crédito emitidos por particulares. Tanto quanto estes, pode ser protestada, desde que tenha transitado em julgado e, repita-se, represente obrigação pecuniária líquida, certa e exigível (grifo nosso).

No caso em apreço, a execução, em trâmite pelo rito do art. 732 do CPC, se arrasta por mais de três anos, não tendo o agravado qualquer valor depositado em instituições financeiras (fls. 16 e 17) ou bens passíveis de penhora (fl. 59), sendo plenamente cabível o protesto do título, para alcançar o

agravante o fim almejado, qual seja, a inscrição do nome do devedor nos cadastros de inadimplência.

E não há de se olvidar que, como observa Eduardo Fortunato Bim:

[...], o protesto extrajudicial não serve somente para comprovar a inadimplência ou descumprimento da obrigação; sua utilidade também é a de estimular o devedor a saldar a dívida (*A juridicidade do protesto extrajudicial de certidão de dívida ativa*. Revista Dialética de Direito Tributário).

Como explica Yussef Said Cahali:

Específico para a hipótese de protesto, prevê-se o intercâmbio informatizado entre os órgãos de proteção ao crédito e os cartórios encarregados da lavratura e cancelamento daquele ato notarial, dispondo que, após o cancelamento, informação alguma do que se cancelou será passada; será como se o protesto nunca tivesse chegado a existir. Confira-se: "Art. 29. Os cartórios fornecerão às entidades representativas da indústria e do comércio ou àquelas vinculadas à proteção do crédito, quando solicitada, certidão diária, em forma de relação, dos protestos tirados e dos cancelamentos efetuados, com a nota de se cuidar de informação reservada, da qual não se poderá dar publicidade pela imprensa, nem mesmo parcialmente. (...) § 2º Dos cadastros ou bancos de dados das entidades referidas no *caput* somente serão prestadas informações restritivas de crédito oriundas de títulos ou documentos de dívidas regularmente protestados cujos registros não foram cancelados". Aqui, nada impede que o mesmo procedimento venha a ser adotado (obr. cit. p. 730).

E não há falar-se em violação à privacidade do alimentante, posto não ser ela direito fundamental absoluto, curvando-se esse direito à privacidade ao do alimentado a sobreviver com dignidade, direito este intimamente ligado à própria vida do menor.

Como acentuou Rolf Madaleno, no artigo "O Calvário da Execução de Alimentos:

De qualquer modo, incidente o dever de prestar assistência alimentar essencial à vida e à sobrevivência do ser humano, o vínculo de alimentos ressalta no plano processual como postulado prevalente, obrigação inadiável que se impõe sobre todas as outras inúmeras requisições judiciais amplamente demandadas no campo das relações de família (Disponível em <http://rolfmadaleno.com.br/site/index2.Php-Option=com&content&do&pdf=32>).

E cumpre transcrever as palavras do citado Rolf Madaleno a respeito das execuções de alimentos, para deixar claro que:

[...] não foge à lembrança de qualquer credor alimentar com alguma experiência mínima em sede de execução de alimentos a angústia e descrenças causadas pela morosidade da execução tutelada pelo direito processual brasileiro, voltado em prol do devedor, ao permitir pelo excesso de zelo demandas lentas e insolúveis, que só têm descreditado leis, desmentindo advogados, juízes e promotores, pois a estes que operam o direito tem sido outorgado o inglorioso esforço de buscar amenizar as angústias e amparar os deletérios efeitos psicológicos

causados sobre o credor de alimentos, sempre que este constata e assimila que a realidade das execuções alimentícias no atual repertório processual, com as soluções aventadas, mais tem servido ao recalcitrante devedor do que ao desesperado e angustiado credor (A execução de alimentos pela via da dignidade humana. *In*: CAHALI, Francisco José; PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). *Alimentos no código civil: aspectos civil, constitucional, processual e penal*. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 238).

Assim, de mister o encaminhamento dos autos, pelo Juízo singular, à Contadoria Judicial para a atualização da dívida.

Diante do exposto, é de se dar provimento ao reclamo para que, após a atualização do *quantum* devido, encaminhe o Juízo *a quo* certidão com os dados necessários ao protesto do título executivo judicial (dados do credor e do devedor e número dos autos), além da cópia da sentença de alimentos transitada em julgado, permitindo-se ao credor que efetue o protesto do título executivo judicial, por sua conta, com a consequente inscrição do nome do devedor junto aos órgãos restritivos de crédito.

Este é o voto.